

ATA Nº 2/2023

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais:

- Joaquim José Pereira Ruivo -----
- Alfredo Monteiro de Matos -----
- Armando Pedro Pinheiro Rosa -----
- Hugo Frederico Pedro Vicente -----
- Célia Maria Lopes dos Santos Murta Cadima -----
- Germano Santos Pragosa -----
- José Moreira Filipe -----
- Nuno Miguel Silva Santos -----
- Elsa Maria Martins Libânio -----
- Octávio Carvalho Vilaça -----
- Telmo Alexandre Henriques Ferreira -----
- Lina Isabel dos Santos Oliveira -----
- Carlos Alberto Monteiro dos Santos -----
- Válder Mendes Cardoso -----
- Elodie Carreira Zeferino -----
- Arlindo Oliveira Silva Marques -----
- Ricardo António Matias Vala -----
- Fernando José Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia da Batalha); -----
- António Fernando Martins de Sousa Lucas (Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal);-----
- Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede);-----
- José Carlos dos Reis Ferraz (Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira).-----

**

- O senhor deputado municipal Vítor Manuel Monteiro Correia solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituída pela senhora Raquel Maria Cunha Ferreira.-----
- O senhor deputado municipal Fernando Miguel Rodrigues Marques solicitou a sua substituição nesta assembleia, tendo sido substituída pelo senhor Frederico Manuel dos Santos Alfaro.-----

**

Estiveram ausentes desta sessão da Assembleia Municipal os Senhores Deputados Municipais abaixo designados, por motivos devidamente justificados:-----

- Francisco Manuel dos Santos Coutinho;-----
- Eduardo Manuel Cardoso Marques Veiga.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 2 de 43

**

Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua redação atual, estiveram ainda presentes nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

- Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal;-----
- Carlos Agostinho da Costa Monteiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal;-----
- Mónica Aguiar Louro Cardoso, Vereadora (a tempo inteiro);-----
- André Costa Loureiro, Vereador;-----
- Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro, Vereadora;-----
- Maribela dos Santos Vieira, Vereadora-----
- Nuno Augusto Silva Almeida, Vereador.-----

**

A Mesa desta sessão da Assembleia Municipal foi composta por:-----

- **Presidente:** Joaquim José Pereira Ruivo;-----
- **1º Secretário:** Elsa Maria Martins Libânio;-----
- **2º Secretário:** Germano Santos Pragosa.-----

**

Esteve presente na sessão a colaboradora da Câmara Municipal da Batalha, Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes, Técnica Superior, designada para lavrar a ata.-----

**

ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO-----

Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi a sessão declarada aberta eram vinte horas e trinta minutos, começando por dar as boas vindas a todos os Deputados Municipais, agradecendo a colaboração de todos.-----

**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

APROVAÇÃO DE ATA:-----

Para votação da Assembleia, foi presente a ata n.º 1/2023 da sessão de 27 de fevereiro de 2023, cuja leitura foi dispensada atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia, tendo a **Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovado a sua redação final.** -- De referir que, em cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, não participam na aprovação da ata, os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.-----

**

Seguidamente o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** prestou a seguinte comunicação: *"Neste momento, gostaria de apresentar o seguinte: Como sabem, na última sessão desta Assembleia Municipal, o Movimento Independente lançou o repto ao Presidente da Assembleia para*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 3 de 43

convidar a Direção da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas da Batalha, para estar presente em sessão desta assembleia e partilhar no fundo, os seus desejos e preocupações, que por certo são transversais a toda a comunidade escolar. Este mesmo repto pode ser lançado por qualquer deputado. É muito importante que a ligação entre os órgãos do poder autárquico e as novas gerações se façam cada vez com mais consistência. Neste sentido, informo que estamos a diligenciar a formação de uma Assembleia Municipal Jovem, à semelhança do que acontece em outros municípios. Assim, convido a Presidente da Associação de Estudantes Ana Leonor Amado e a Vice-Presidente Ana Carolina Laranjeiro a falarem sobre a mesma.

Passou-se de seguida à intervenção da Presidente da Associação de Estudantes, **Ana Leonor**, que após se apresentar, cumprimentou todos os presentes, informando que irá também intervir a Ana Carolina, Vice-Presidente e passou a referenciar: “Como já foi dito, em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer o convite para estarmos aqui presentes. Tradicionalmente, o papel da Associação de Estudantes é mencionado como Órgão que representa os alunos junto da comunidade escolar, constrói pontes entre a direção, os alunos e entre outros órgãos. Além disso, entendemos que todo o processo eleitoral entre assistir ao debate, a campanha e o momento da votação é muito importante que exista. Pois, é o primeiro contacto que muitos alunos têm com o processo democrático, pressentem que o seu voto pode fazer a diferença. Agora queríamos que imaginassem a escola este ano letivo um pouco melhor. Foi através deste exercício que, no início deste ano letivo, definimos as medidas com as quais nos candidatámos, realizámos esta reflexão, pois para nós, as medidas que a Associação de Estudantes propõe, devem não só fazer com que os alunos se sintam conectados com a direção e com toda a comunidade escolar, mas também com que se sintam melhor na escola, proporcionando atividades que só a Associação de Estudantes pode fazer e que até pode ser o convívio na sala da Associação de Estudantes. Costuma dizer-se que a escola é a nossa segunda casa. Nós consideramos que a associação deve ouvir de forma a realizar e propor mudanças que cumpram com este sentimento.”

Seguiu-se a intervenção da vice-presidente, **Ana Carolina**, aditando, “após este exercício candidatámo-nos com 25 propostas, de forma a melhorar este ano letivo. Estas 25 propostas estavam divididas por diferentes departamentos, as quais constituímos com o objetivo de trabalhar diferentes áreas a partir da nossa tomada de posse no final de novembro. Realizámos 19 propostas desde as mais simples, como a disponibilização de uma mesa de matraquilhos e a divulgação dos clubes escolares. Até uma campanha de solidariedade de recolha de alimentos, um torneio desportivo de futsal e um concurso de talentos. Todas estas iniciativas são divulgadas no nosso Instagram. Utilizamos também este meio de comunicação para partilhar com a comunidade escolar, tanto os projetos que acontecem dentro da escola, como outros projetos, informações que consideramos relevantes, adicionalmente, para quem é membro da Associação. Existem também muitas mais-valias e ensinamentos, ao longo do tempo. Estamos a tentar aprender a gerir equipas, tempo e também muitas vezes emoções porque são competências que ao serem desenvolvidas, nos serão muito úteis no futuro pessoal e profissional. Apesar de todas estas aprendizagens, algo que não estávamos a



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 4 de 43

contar tanto desenvolver, era a competência da análise de legislação e estatutos. No entanto, este ano letivo decidimos que queríamos também marcar a diferença, atualizando os estatutos da nossa associação que já datam de 1990. Ao longo deste processo, temos contado com o apoio da Direção para legalizarmos a nossa Associação, no entanto, temos percebido que não é um processo fácil, principalmente em associações como a nossa que a maioria dos membros são menores”.-----

Por último, a presidente da Associação de Estudantes, **Ana Leonor**, acrescentou: *“Um dos assuntos que é mais abordado quando se fala em associações de estudantes é a questão da continuidade de trabalho, visto que os nossos mandatos são apenas anuais. No entanto, este ano juntámos aos órgãos sociais, alunos tanto 10º como 11º para que, trabalhando em conjunto para o ano, possam dar continuidade ao trabalho que temos vindo a desenvolver ou até melhorá-lo. Assim, consideramos que também é importante estarmos disponíveis para o ano, para tirar possíveis dúvidas que tenham. Por fim, consideramos que o contacto entre os órgãos locais e a associação de estudantes é também importante, não só para perceber as necessidades dos alunos a este nível municipal, também como perceber o contributo que os alunos e a comunidade escolar podem dar para o Município e a Comunidade Batalhense.”* -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, agradeceu à Ana Leonor e à Ana Carolina, não só pelo testemunho, mas também pela capacidade de síntese que tiveram na apresentação, desejando sucesso para ambas.-----

Seguidamente, quis prestar um esclarecimento no âmbito das comemorações do “25 de Abril”, que se transcreve: “Quero fazer aqui uma manifestação, manifestar o meu regozijo pela celebração dos 49 anos do “25 de Abril” aqui na Batalha. Não posso deixar de o fazer, com uma excelente adesão em todas as iniciativas de elevada qualidade e participação pública, saliento a visão e análise do nosso orador convidado, professor Barreto que, como todos sabem, é uma pessoa isenta, descomprometida e séria nas suas análises, não é por acaso que é considerado por todos setores políticos como uma personalidade a ouvir com atenção. Foi uma honra a sua presença nas cerimónias do “25 de Abril” e recomendo vivamente a leitura do seu discurso, pelo que será colocado online. Aproveito para agradecer neste caso particular, e aos membros da Assembleia Municipal, a sua presença, bem como, agradecer o testemunho dos representantes de bancada que entenderam estar presentes. Sei que não posso deixar de referir que houve alguns equívocos e nesses equívocos fui diretamente implicado e sei também, tenho consciência que quanto mais se fala no assunto mais destaque lhes damos e é isso que eu não quero fazer. De qualquer modo, sempre direi que estas comemorações do “25 de Abril” têm uma iniciativa e uma organização. A Iniciativa, a escolha do orador e o modelo de intervenção destinado aos deputados da Assembleia, partiu do Presidente da Assembleia. Assumo que o convite não se destinava a vereadores e líderes partidários. Sempre foi destinado aos deputados da Assembleia, ou quem os representasse. O convite foi feito em nome da Câmara e do presidente da Assembleia. A organização é comum, portanto não aceito a acusação de que eu quis condicionar os oradores porque o PSD tem 9 possibilidades e o Movimento tem 13. Como é que eu posso condicionar a participação dos oradores neste contexto das



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 5 de 43

celebrações de “Abril” e, aliás, foi-me dito que, quem representaria possivelmente o PSD no impedimento do líder de bancada, Senhor Alfredo Matos, que em tempo útil seria anunciado. Todas as propostas, quer do espetáculo musical, participação musical no final das cerimónias do 25, bem até como uma proposta de se efetivar nas Capelas imperfeitas foi do Executivo e com grande interesse no Mosteiro, devo dizê-lo, uma vez que desde sempre o Mosteiro tem correspondido a estas iniciativas culturais institucionais, sempre! em qualquer executivo, sempre correspondi a estas iniciativas, isto não é nada de novo. No que me diz respeito, este modelo de participação foi negociado com os líderes desde 4 de abril. Tal como se prova nas mensagens trocadas no WhatsApp com os líderes de bancada, com alguma antecipação. No dia 6 confirmaram a presença, o senhor deputado Ricardo Vala, Eduardo Veiga e oralmente falou da sua indisponibilidade o senhor deputado Francisco Coutinho, junto do qual insisti para que fosse substituído por um dos candidatos suplentes, o que não veio a acontecer por motivos de ordem vária, devidamente explicados. Na mesma data, confirmou o senhor deputado Alfredo Matos, que não podendo estar ia ver quem pudesse. Ficou definido com o staff do Senhor Presidente da Câmara, que eu faria os convites exclusivamente aos srs. Deputados Municipais, o que aconteceu e que todos os outros convites de Protocolo seriam enviados pelo Executivo. Houve um lapso e o Senhor Presidente da Câmara, já disse que o lamentava e que no futuro não se iria repetir. Isto é tão simples quanto esta explicação que eu estou a dar e que entendi que deveria dá-la aos senhores e às senhoras Deputados/as.”-----

Posto isto, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou para apreciação e discussão da Assembleia, os pedidos de Votos de Louvor e Propostas de Recomendações. -----

Neste contexto foram apresentadas duas recomendações pelo senhor Deputado da Iniciativa Liberal **Ricardo Vala**, o qual após cumprimentar todos os presentes, passou a descrever:-----

“Primeira Recomendação: *“Colocação de depósitos, em cada freguesia, para os diversos lixos/resíduos produzidos no Concelho da Batalha”*: -----

- *A população da Batalha não tem local próprio para depositar diversos tipos de lixos/resíduos que não são recomendáveis ou até proibidos de depositar em contentores do lixo doméstico. Referimo-nos sobretudo a resíduos R.E.E.E. (equipamentos eletrónicos e elétricos), Monos domésticos (sofás, colchões, móveis ou outros resíduos volumosos), resíduos de construção e demolição, madeiras e resíduos verdes. Considerando que:* -----

1. *O custo da recolha do lixo doméstico tem vindo a aumentar de ano para ano, cuja fatura é paga pelo Município em primeira instância e depois para os municípios, seja na fatura da água, seja nos impostos indiretos.* -----

2. *A tarifa cobrada pela Valorlis que gere o aterro sanitário tem tido um elevado aumento de preço, o que já motivou os Municípios da Batalha, Porto de Mós, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Ourém com a ameaça em colocar uma providencia cautelar para suster o aumento de preço.* -----

3. *A União Europeia tem como meta para 2040, que apenas 10% dos resíduos urbanos sejam canalizados (depois do respetivo tratamento) para aterros sanitários.* -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 6 de 43

4. Na Assembleia da República tem havido reuniões com operadores de resíduos relacionados com a preocupação da possibilidade de deixar de haver aterros sanitários em Portugal dentro de pouco tempo.-----

5. Havendo uma maior preocupação por parte da população na separação dos diversos tipos de lixos/resíduos que são depositados indevidamente nos contentores, teríamos o benefício de baixar o custo da recolha e do tratamento dos mesmos.-----

6. Assistimos diariamente à colocação indevida nos contentores regulares de lixo doméstico de diversos tipos de lixos/resíduos, como por exemplo, relva, braças de árvores, resíduos de construção, óleos, plástico, pilhas, cartão, etc. Estes tipos de lixo têm tratamento possível, seja para aproveitamento da biomassa e compostagem, seja para incineração ou outras formas de tratamento e de reciclagem.-----

7. Nos pinhais e na mata, podemos também encontrar monos domésticos, aparelhos elétricos e eletrónicos, entre outros, criando um problema ambiental.-----

8. Em alguns dos percursos pedestres do nosso Concelho podemos encontrar facilmente este tipo de lixo que não dignificam o nosso Concelho, cuja economia depende muito do turismo dando uma péssima imagem a quem nos visite.-----

9. Torna-se por isso urgente implementar novas medidas com o objetivo de tornar a população mais responsável na eliminação do lixo produzido, procedendo à sua separação, tendo como objetivo último a redução na fatura dos custos diretos e indiretos com a recolha do lixo e diminuição do impacto ambiental.-----

Pelo acima exposto, sugerimos:-----

1. Criação de um depósito por freguesia, onde qualquer cidadão possa depositar os diversos lixos/resíduos, com a devida separação por tipos de resíduos.-----

2. Fazer parcerias com empresas do setor de recolha de lixo e resíduo, para a sua recolha num único ponto, para posterior tratamento e valorização.-----

3. Para esta medida ter sucesso, é fundamental criar o hábito e evitar custos diretos e imediatos para a população, dado que a alternativa é despejar gratuitamente e de forma ilegal noutros locais.-----

Assim sendo, consideramos que não devem ser criadas taxas para a descarga destes resíduos, para que a população adira a este serviço, criando assim um hábito para os cidadãos, em alternativa à colocação deste lixo nas áreas verdes do concelho ou nos contentores de lixo doméstico.-----

Os tipos de resíduos que podem ser depositados são os seguintes: Papel/Cartão/vidro; Metais e Sucatas; Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (R.E.E.E.); Madeiras; Resíduos de Construção e Demolição; Resíduos verdes (relva/ramos); Monos domésticos: sofás, colchões, móveis ou outros resíduos volumosos; Resíduos R.E.E.E.: frigoríficos, máquinas de lavar, computadores, micro-ondas, aspiradores, fritadeiras, televisores, lâmpadas fluorescentes, etc.-----

Assim, a representação Municipal da Iniciativa Liberal da Batalha propõe que a Assembleia Municipal delibere, na sua reunião de 27 de abril de 2023, recomendar ao Município da Batalha:-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 7 de 43

Criar um ponto por freguesia e colocar depósitos para os diversos lixos e resíduos acima mencionados, nos moldes acima referidos.-----

Fazer campanhas de sensibilização à população, informando da necessidade da separação dos resíduos e de os depositar no local adequado para assim reduzir o impacto humano no meio ambiente e a sua fatura.-----

Passou-se à Segunda Recomendação, a qual se transcreve: "Recomendação para atualização do portal da Câmara Municipal da Batalha":-----

- O concelho da Batalha é um local de encontro com a história, o património e a cultura. É um concelho cuja economia local está também bastante dependente do turismo, graças ao Monumento único que temos o privilégio de termos à nossa porta. Considerando que:-----

1. É dever do Município potenciar o património turístico e a diversidade da oferta turística, cultural e paisagística.-----

2. É urgente mostrar as diversas ofertas turísticas que o Concelho da Batalha tem para mostrar.-----

3. Verifica-se muita falta de informação no portal do Município da Batalha no que diz respeito à oferta turística e cultural do Concelho. Designadamente, não existe uma agenda atualizada com a programação anual dos acontecimentos culturais do Concelho.-----

4. No que diz respeito à informação turística do Concelho, esta existe mas não está sistematizada e é de difícil acesso (pouco user-friendly).-----

5. A informação relativa aos eventos culturais que irão ocorrer são, muitas vezes, anunciados com pouco tempo de antecedência e só quem estiver atento às redes sociais tem conhecimento deles. Para além de que, devemos salientar, os turistas (não habitantes do concelho) dificilmente acompanharão as redes sociais do Município da Batalha.-----

6. Há vários locais que merecem ser visitados e que não têm qualquer menção, ou têm pouco destaque na informação turística do concelho. A título de exemplo: o Carvalho do Padre Zé, Aldeia Pintada, Baloíço da Torre, entre outros-----

7. Quanto aos trilhos, também podemos apontar a falta de informação. Não há informação sistematizada para o turista do PR5-Trilho da Raposa da Golpilheira, do Trilho da Rota das Pedreiras, por exemplo.-----

Sugerimos acrescentar algumas informações, tais como:-----

1. Na página de entrada do Portal do Município, haver a possibilidade de escolher o idioma pretendido.-----

2. Existir uma distinção clara da divisão entre o que é institucional ("O seu Município") e o que é dirigido aos visitantes ("Visitar"), criando menus claros e visíveis ao aceder à página do Município.-----

3. Colocação do conteúdo www.descobrirbatalha.pt na opção "Visitar".-----

4. Atualização regular e antecipada dos programas culturais e recreativos, respeitante ao ano em curso, das várias localidades do Concelho da Batalha.-----

5. Disponibilização de rotas/roteiros turísticos.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 8 de 43

6. Atualização do mapa turístico do Concelho da Batalha com a atualização de todos os locais do Concelho que merecem ser visitados. (mapa disponibilizado no Posto de Turismo da Batalha).-----
7. Colocação do mapa turístico do Concelho da Batalha com os locais importantes a serem visitados no site do Município.-----
8. Colocação de referências aos Artistas e Artesãos do nosso Concelho.-----
9. Divulgação atualizada das exposições do Museu do concelho da Batalha e de outras exposições decorrentes em outros locais do nosso Concelho.-----
10. Ligação para o site do Mosteiro da Batalha para informação mais completa.-----
11. Introdução dos mapas dos trilhos, PR5-Trilho da Raposa da Golpilheira e Trilho da Rota das Pedreiras.-----

Assim, a representação Municipal da Iniciativa Liberal da Batalha propõe que a Assembleia Municipal delibere na sua reunião de 27 de abril de 2023, recomendar ao Município da Batalha:-----

1. A possibilidade de fazer as melhorias acima sugeridas no portal do Município da Batalha.”

Após a apresentação destas Recomendações, o senhor Presidente da Assembleia colocou-as à votação tendo a Assembleia Municipal aprovado as mesmas por unanimidade.-----

Passou-se de seguida à apresentação pelo senhor deputado **Ricardo Vala**, da Iniciativa Liberal, ao **Voto de Louvor ao escritor Paulo Assim**.-----

No uso da Palavra o senhor Deputado **Ricardo Vala**, passou a citar: “O escritor Batalhense Paulo Carreira, conhecido pelo pseudónimo Paulo Assim, natural da freguesia de Calvaria de Cima e que mora na Batalha há já muitos anos, foi recentemente premiado. Tendo sido vencedor da edição deste biénio do Prémio Literário Afonso Lopes Vieira, na modalidade de Poesia com a obra Lume., em dezembro de 2022. Entre 96 trabalhos concorrentes, o júri optou por distinguir o manuscrito que, segundo Paulo Assim, «retrata um passado de paixão não correspondida e de perda consequente, onde tudo o que se faz, ou quase tudo, tem o calor da força da idade e onde tudo é tão fugaz como fogo», Considerando que estes prémios literários são muito importantes e uma das formas de promover a escrita e a leitura por parte das entidades promotoras e do público, ainda mais tendo sido uma distinção promovida pelos agentes da região.-----

Assim, solicitamos à Assembleia Municipal reunida a 27 de abril de 2023, a atribuição de um Voto de Louvor a Paulo Carreira, pretendendo ainda, que este reconhecimento se traduza num estímulo para a continuação do excelente trabalho do escritor Paulo Assim e dos outros que possam seguir os seus passos.”-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, subscreveu inteiramente este Voto de Louvor.-----
Seguiu-se a votação do predito Voto de Louvor, tendo sido aprovado por unanimidade, pelos presentes.-----

No seguimento da Proposta apresentada pelo Movimento Independente Batalha é de Todos à mesa da Assembleia, O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Deputado Armando Rosa que apresentasse a mesma.-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 9 de 43

Assim, usou da palavra o senhor Deputado **Armando Rosa** que, após cumprimentar todos os presentes passou a citar *“proposta apresentada pelo Movimento Independente Batalha é de Todos, sobre o cumprimento das Metas definidas pela ANACOM para cobertura da Rede Banda Larga Móvel a 100 Mbps para as Freguesias do Reguengo do Fetal e São Mamede”*:-----

“A ANACOM encontra-se a promover um concurso público relativo à implantação de redes públicas de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada nas áreas brancas definidas por esta entidade com recurso a financiamento da União Europeia. -----

No total, foram identificadas 36 891 subsecções estatísticas como áreas brancas, espalhadas por 2032 freguesias de 303 concelhos do País. -----

Releva-se que apenas podem ser consideradas áreas brancas, aquelas onde não existe, nem se prevê, no horizonte temporal relevante, a instalação de qualquer rede de elevada capacidade, ou existindo apenas uma rede, esta não cobre mais do que 10% dos alojamentos nessa área. -----

A ANACOM disponibilizou no seu sítio da Internet um mapa interativo com representações geográficas das áreas brancas, identificando manchas da freguesia do Reguengo de Fetal. Todavia, não assinalando condignamente a freguesia de São Mamede. -----

Na lista de freguesias a contemplar no âmbito do concurso público, apenas está prevista a freguesia de Reguengo do Fetal. -----

No âmbito do concurso público promovido pela ANACOM que tem por objeto a instalação, a gestão, exploração e manutenção de redes de capacidade muito elevada nestas áreas brancas, designadamente as redes de comunicações eletrónicas que permitem a disponibilização de serviços de comunicações eletrónicas aos utilizadores finais, com um débito mínimo por acesso, no sentido descendente de 1 Gbps, é definido o prazo de 3(três) anos após a data de produção de efeitos do contrato a celebrar, uma cobertura de todos os edifícios residenciais, estendendo-se à indústria, comércio e instalações agrícolas das áreas geográficas identificadas, designadamente aquelas que constam da lista de freguesias acima referenciada. -----

Na identificação das áreas brancas, foram considerados os seguintes critérios:-----

a) inclusão das subsecções estatísticas (2021) onde: (i) não existe qualquer rede de capacidade muito elevada e é improvável que seja implantada no horizonte temporal de 3 anos; ou (ii) onde a proporção de edifícios cobertos com redes de fibra óptica (FTTH) ou de redes híbridas de fibra e cabo coaxial (HFC-DOCSIS 3.1 ou superior) não excede 10% do total de edifícios e onde existe apenas uma destas redes fixas instalada (um operador);-----

b) Exclusão das subsecções estatísticas onde de acordo com a BD de Edifícios do INE (2021) e Carta de Uso de Ocupação do Solo (COS 2018) não existe tecido edificado, indústria, comércio ou instalações agrícolas;-----

c) Exclusão das subsecções estatísticas com menos de dez edifícios que contenham mais de dois edifícios cobertos; -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 10 de 43

d Exclusão das subsecções estatísticas que, de acordo com a COS 2018, tem apenas instalações industriais, comércio ou instalações agrícolas, mas que compreendem pelo menos um edifício não residencial coberto; -----

e) Inclusão das subsecções estatísticas onde, de acordo com a COS 2018, existem apenas instalações industriais, comércio ou instalações agrícolas, e onde nenhum destes se encontra coberto. De acordo com o previsto na proposta de revisão de Linhas de Orientação, apenas podem ser consideradas áreas brancas aquelas onde não existe, nem se prevê, no horizonte temporal relevante, a instalação de qualquer rede de elevada capacidade, ou existindo apenas uma rede, esta não cobre mais do que 10% dos alojamentos nessa área. -----

Deste modo, assinala-se que, face aos requisitos enunciados, não foram abrangidos por este concurso, os alojamentos inseridos em subsecções estatísticas cuja proporção de edifícios cobertos seja superior a 10%. -----

Considerando que: -----

i) À luz dos requisitos enunciados nos critérios acima referenciados a ANACOM não contemplou os lugares de São Mamede como áreas brancas, apesar destes estarem desprovidos de serviços de comunicações eletrónicas aos utilizadores finais com um débito mínimo por acesso, no sentido descendente (download), de 1Gbps; -----

ii) No âmbito do processo de renovação, até 2033, dos direitos de utilização de frequências (DUF) da MEO e da Vodafone, nas faixas dos 900 MHz e 1800 MHz, a ANACOM impôs a estes operadores obrigações adicionais de cobertura em freguesias de menor densidade populacional, que não estão abrangidas pelas obrigações do regulamento 5G, comprometendo-se as operadoras a disponibilizar um serviço de banda larga móvel com um débito mínimo de 100 Mbps, que contemple pelo menos 90% da população identificada inclusive das freguesias de São Mamede e do reguengo do Fetal; -----

iii) A ANACOM procedeu à homologação da lista que contempla estas freguesias, devendo as operadoras assegurar as obrigações de cobertura até 13 de julho de 2023. -----

São motivos pelos quais se propõe que a Assembleia Municipal delibere no sentido de envio de uma petição a remeter à ANACOM, com o objetivo de que esta entidade reguladora determine junto das operadoras MEO e VODAFONE, a assunção das obrigações de cobertura de Internet a 100 Mbps até 13 de julho de 2023, para as freguesias de São Mamede e Reguengo do Fetal, respetivamente, no cumprimento da lista oportunamente homologada." -----

*Após a apresentação desta Proposta, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-a a votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado a mesma por **unanimidade**. -----*

De seguida, foram abertas as inscrições para que os Senhores Deputados Municipais pudessem ainda intervir sobre outros assuntos antes do período da ordem do dia. -----

*Seguiu-se a intervenção do senhor deputado Municipal **Carlos Santos** que após cumprimentar todos os presentes, informou que iria falar sobre "um tema que passa por todos nós e é uma preocupação de todos nós, que é a rede viária, Sabemos que a rede viária nos municípios e no que cabe aos*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 11 de 43

municípios ser feito, sabemos que é sempre um fardo pesado, porque normalmente não são obras baratas, não são obras que conseguem ser facilmente adjudicadas sem a burocracia necessária e, por vezes, algumas sem fundos comunitários, mas de facto, aquilo que nós nos apercebemos, talvez fruto da intempérie deste inverno que foi um tanto diferente do que foi em anos anteriores, denota-se alguma deterioração dos pavimentos. Dar nota disso também, embora como circulo na estrada todos os dias fui fazendo nota de algumas situações no nosso concelho, principalmente quando o Jornal da minha freguesia também fez capa desse assunto e como também contactamos com as pessoas nos locais públicos e abordam-nos sobre estas questões, por tal, venho aqui trazer o tema para que possa ser esclarecido a estas questões. No dito jornal, o Senhor Presidente da Câmara responde e bem, a dizer que nas ruas da freguesia, nomeadamente aquelas que estão sinalizadas e que foram mencionadas na peça jornalística que já há projetos, o que é bom. Haver já projetos é sinal de que há intenção de realizar as obras, o que se calhar não é tão bom, é o tempo que podem estar a demorar. Todos nós queremos as obras o mais rápido possível. Certamente haverá constrangimentos de ordem de fundos comunitários e ou de restante tesouraria que possam impedir a execução das obras em tempo mais útil. Sabemos que também poderão haver pequenas obras que talvez articulando com as Juntas, poderão aligeirar o processo da adjudicação. Sabemos que as regras são mais ou menos as mesmas, mas talvez possa haver mais velocidade na execução. Tentem ter isso em consideração! Gostaria que tivessem que responder a essa eventual intenção ou não de articular com as Juntas de Freguesia para uma maior aceleração maior brevidade na execução dos projetos. Sabemos também que, por vezes, debatemos aqui obras que, dado o seu alto impacto financeiro, às vezes não trazem tanto impacto imediato quanto a rede viária. Por isso, era importante não pôr os ovos todos no mesmo cesto e tentarmos ver de grandes obras que já aqui se discutiram e porventura, poderá haver umas migalhas ou não, para que a rede viária se mantivesse minimamente bem no seu transito, para que nós possamos quanto mais não seja, poupar um bocadinho. Nós utilizadores de automóvel, estamos a poupar um bocadinho mais nas oficinas e que também os utilizadores da área pedonal possam evitar algumas quedas, porque também existem e os passeios também vão ficando deteriorados com o tempo.” Terminou esta sua intervenção pedindo ao Senhor Presidente da Câmara, que o informasse sobre as intenções e o que está na calha de grande monta para executar nos próximos anos.

Interveio de seguida, a senhora deputada **Célia Cadima**, que após cumprimentar todos os presentes, informou que a sua intervenção visava dois objetivos e que não seria muito demorada, pelo que passou a expor: “Comemorar os 49 anos da Revolução dos Cravos e alertar para alguns dos perigos que as atuais democracias enfrentam. A revolução de Abril constituiu um momento marcante na história nacional, pois pôs termo a um regime autocrático e representou o início da democracia, a conquista da liberdade e de uma maior justiça social. Foi pois, um acontecimento que transformou profundamente a sociedade portuguesa e é essa transformação que eu nascida em ditadura quero aqui celebrar. Sei no entanto, que não devemos ficar presos ao passado e que o presente nos traz desafios acrescidos e que nos podem levar por caminhos perigosos e sem retorno, destruindo a

própria democracia e as conquistas do século do povo. Dois dos maiores perigos para a democracia estão consubstanciados atualmente na ascensão do populismo e na polarização política de extrema. No que respeita à ascensão do populismo, não direi que se trata de um evento de todo inesperado. Afinal em tempos difíceis como aqueles em que vivemos, o populismo aproveita-se da insatisfação popular, da descrença nas instituições, explora as preocupações legítimas de todos nós e oferece-nos soluções simplistas e enganosas para problemas complexos. A polarização política, por seu lado, divide e aprisiona as pessoas em campos políticos opostos e não dialogantes sem tolerância e respeito pelas opiniões diferentes das suas. Qualquer um destes perigos mina as democracias e os valores do Estado de Direito, a separação de poderes, a liberdade de imprensa, a garantia dos direitos do homem. Assim, o meu apelo é para que não tomemos as conquistas de abril como garantidas, mas ao invés, trabalhemos em conjunto para as fortalecer, promovendo uma cultura política que valorize o respeito e a tolerância. Isto claro, se quisermos preservar os valores democráticos para as gerações futuras, enfim, se amarmos a democracia".

Usou da palavra o Senhor Deputado **Alfredo de Matos**, cumprimentado todos os presentes, para de seguida referir que "gostaria de falar sobre as comemorações do "25 de Abril", ouvindo o senhor presidente da Assembleia, até parece que aquilo, correu tudo às mil maravilhas, mas na realidade não correu. Uma boa parte do povo da Batalha não se sentiu representado, não se sentiu integrado e não participou naquelas comemorações que deviam ser realmente para todos os batalhenses e se há motivo e o objetivo que facilmente nos uniria a todos seriam as comemorações do "25 de Abril", que é uma coisa que todos os democratas têm facilidade de aderir e todos gostariam de participar. Aconteceu que no passado dia 17 de março fomos convidados para uma reunião de líderes de bancada e eu sempre pensei pela proximidade da data, que iríamos tratar de algum assunto referente às comemorações do "25 de Abril". Não! Pelo contrário, aquilo que se tratou nessa reunião de líderes de bancada foi única e simplesmente, tentar distribuir os tempos pelos partidos, de forma a que o PSD tivesse menos tempo de intervenção. A reunião não correu tão bem como esperava, porque realmente não podia ser. E sobre o 25 de abril, nada se falou. Uns dias depois, fomos informados de que o senhor presidente da Assembleia tinha tomado a iniciativa e tinha executado todas as tarefas no sentido de fazer os festejos do dia 25 de Abril. Não é normal que as coisas se façam assim. A iniciativa é ótima que parta do senhor Presidente da Assembleia. Agora, ele tem que envolver as outras pessoas na discussão e na organização de umas comemorações destas. Não podem ser as comemorações do senhor Dr. Joaquim Ruivo, à hora que ele quer e no sítio que ele quer, onde é orador quem ele quer. Eu tive conhecimento de que uma pessoa era oradora nessas comemorações já depois de ela ter falado. Isso não é normal? Se outros grupos, se as coisas não correram bem, o senhor pôs-se a jeito e espero que, numa próxima vez o senhor consiga envolver toda a gente na organização de umas comemorações condignas, em que todos estejamos representados e acompanhados e façamos realmente de uma cerimónia dessas uma festa e não aquilo que aconteceu agora. Porque realmente houve pessoas que me disseram que aquilo não correu muito bem, excepcionando a parte da Orquestra Filarmónica das Cortes que realmente foram



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 13 de 43

encantadores, o maestro, um rapaz novo e fizeram um espetáculo interessantíssimo. Aquilo que realmente eu quero dizer, é. Senhor Presidente não pode ser assim! Nós temos que combinar entre todos. As reuniões de líderes de bancada servem precisamente para isso, para trocarmos opiniões, para sermos informados daquilo que se vai passar, para darmos a nossa opinião, não podemos transformar a casa da democracia numa casa onde só um sabe, só um manda, só um faz como quer. Não senhor Presidente. Temos que ser todos a colaborar e todos a dar a nossa opinião. Tenho dito realmente. Depois disso, os vereadores do PSD nem sequer foram convidados a estar presentes. Eu ainda tentei quando me apercebi. Porque realmente comecei a ver que era demais. No sábado houve também uma inauguração no Posto de Turismo para a qual os vereadores, ao contrário do que era normal, não foram convidados os vereadores do PSD e eu estranhando isso, tive o cuidado de informar o senhor Presidente da Assembleia. Senhor Presidente, está-se a passar qualquer coisa, eu noto que já está a haver aqui um afastamento sistemático dos deputados do PSD, dos vereadores do PSD. O Senhor Presidente demorou 23 horas a responder e informou que realmente que não havia nenhuma estratégia para afastar os vereadores do PSD. A verdade é que eles só foram convidados na segunda-feira. Era tarde demais para estarem presentes numa cerimónia dessas. Os deputados municipais do PSD não podiam num caso desses, fazer outra coisa senão acompanhar os vereadores, razão pela qual não estivemos presentes. Não participámos também, a nossa participação como nos era pedido também, era só para bater palmas, não fomos ouvidos para mais nada. Não fomos informados de mais nada, espero que da próxima vez, as coisas corram bem. Corram melhor, porque é esse o interesse todos. É para isso que devem haver as festividades das comemorações. É para isso que se gasta dinheiro. Para que as coisas corram bem e para o máximo de pessoas. Não pode haver cadeiras vazias numa coisa destas".

O senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra para esclarecer o senhor deputado municipal que só lhe respondeu às 23 horas porque tinha se encontrado todo o dia envolvido numa reunião da UNESCO onde foi e veio e que tinha chegado só à meia noite a casa e só no outro dia tinha visto a mensagem, porque senão seguramente teria respondido logo como é habitual da sua parte. -----

Usou da palavra o Secretário da Mesa, sr. **Germano Pragosa** para clarificar este tema, dando também a sua opinião, "porque nós todos na Mesa, somos um órgão solidário, eu queria lembrar que há aqui algum equívoco na cabeça do Senhor Alfredo, quando diz que isto é uma obra do Senhor Presidente. Não é! O senhor Presidente, teve o cuidado de ser ele o promotor e disse-o ser o promotor das comemorações do "25 de Abril" e convidou todos os deputados da Assembleia Municipal, bem como disse aos líderes de bancada para usarem cinco minutos na intervenção. O Senhor Alfredo, que fui recebendo sempre e o Senhor Presidente fez questão de passar sempre a informação aos secretários da Mesa e eu fui recebendo sempre, sempre, a informação do que estava a acontecer, na recusa inclusive do sr. Alfredo não estar presente, não tinha disponibilidade e muito bem e na altura indicou outra pessoa ao que parece, mas que essa pessoa também não teve essa disponibilidade. Dizer que o "25 de Abril" não é de ninguém, é todos e todos estavam convidados, não é preciso um convite formal. Eu para ir ao "25 de Abril", não preciso convite formal, aliás, a Câmara Municipal até fez! Fez



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 14 de 43

passar o edital do evento e acho que estava lá muita gente sem ser convidada. Os srs. vereadores do PSD, onde eu me incluo, porque também sou do PSD, embora algures ouvi dizer que estava excluído PSD. Eu ganhei cinco. Cinco eleições no PSD, tenho muito orgulho de ser do PSD! Noto que está aqui na nossa Assembleia, muito nervosismo. Não sei porquê! Muito nervosismo da parte dos elementos do PSD, mas isso vai passar com o tempo. Eu já estou aqui há muitos anos para saber que isto já aconteceu noutras alturas, podem ter alguma razão aos seus vereadores, podem ter, se calhar alguma razão por não terem sido convidados pelo protocolo, mas também aí foi uma falha e aí a secretária e o sr. Presidente da Câmara já pediram desculpa pelo sucedido. Mas eu acho que não deve, não é isso que está em causa, se elas correram bem ou mal. Eu, por acaso fui até à noite, à apresentação das canções do Zeca Afonso e aquilo estava cheio de gente. De certeza, não foram todas convidadas. O próprio folheto levou a que as pessoas fossem lá e as pessoas, mesmo hoje não vêm, não vale a pena, porque elas não vêm e aquelas que vêm, vêm e aquelas que não vem, não vem na mesma! A verdade é que, pronto, não vale a pena, isto foi uma iniciativa, foi das primeiras se calhar que se fizeram aqui na Batalha, porque eu não me lembro do "25 de Abril" comemorado desta maneira e já aqui ando há algum tempo! sei que Porto Mós fez, até diziam, diziam que é que o orador era assim um bocadinho virado para o Álvaro Barreto, que foi ministro do governo socialista, mas pronto e agora está desalinhado. Ele agora é um cidadão comum e com muita categoria. Até passo a expressão! E sei que os concelhos aqui à volta que tiveram oradores do mesmo género e até recordo que em Ourém, até lá estive o Sérgio Ribeiro, que é um homem do partido comunista, em orador, para uma câmara do PSD, quer dizer isto, eu digo que o "25 de Abril" não é de ninguém, é de todos, como disse o Presidente da República. O "25 de Abril" é dos portugueses. Ainda bem que se comemora, ainda bem que se faz isto! Agora eu, sinceramente não gosto de ver este burburinho todo por causa da comemoração que até correu bem e realmente era só isto que eu queria aqui expor". ---

O senhor deputado municipal **Válter Cardoso**, usou da palavra dirigindo a todos os seus cumprimentos e informou no seguimento da sua última intervenção nesta Assembleia que "após analisar toda a documentação, informação escrita disponibilizada pelo Executivo, gostaria de obter esclarecimentos por parte deste executivo, nomeadamente na pessoa do Senhor Vice-Presidente Carlos Agostinho, uma vez que é um vereador com o pelouro da Educação, acerca da posição do Município à proposta da DGEstE relativa ao movimento anual da rede escolar para 2023 e 2024, educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, mais propriamente em relação à Escola da Rebolaria, no que diz respeito à sua situação, bem como à prioridade dada às escolas em matéria de melhoramentos, umas com mais urgência e prioridades, com certeza que outras e quais as datas previstas para os melhoramentos. Gostaria também e de uma forma algo triste, pedir explicações ao Senhor Presidente Raul Castro acerca do evento ocorrido no passado dia 30 de março, aquando das comemorações do 100º aniversário do regimento da GNR para o distrito de Leiria que decorreu junto ao Mercado Municipal, na qual estiveram presentes todas as Divisões da GNR para Ações de Sensibilização, Formações ou Formação neste caso, dos alunos das Escolas do Concelho. Neste sentido, lamento a presença, apenas as Escolas do Centro da Vila, as que poderiam se deslocar a pé e



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
Página 15 de 43 *[Handwritten signature]*

aquelas que tinham transportes próprios. Existiu também a sensibilização por parte de algumas educadoras a que os pais pudessem levar os seus filhos e os acompanhassem neste evento. Todas as outras Escolas, não tiveram oportunidade de poder conhecer uma das forças de segurança e tudo o que ela implica. Sugiro um novo evento em que, efetivamente seja possível a visita a todos, porque não aquando da FIABA?" -----

Usou da palavra o senhor deputado **Hugo Vicente** que após cumprimentar todos os presentes e pedindo desculpa pela sua voz, ironizou dizendo ser devido *"às coisas que acontecem aqui. Também me caiu uma lágrima, mas foi por ouvir o senhor Germano a falar, a qual eu limpei agora!"* -----

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** alertando o senhor deputado, de que seria de evitar *"as bocas, porque isso não é muito prestigiante para a Assembleia, desculpe lá, mas ninguém lança bocas desse tipo, comporte-se dignamente e democraticamente!"* -----

Continuando, o senhor deputado **Hugo Vicente**, informou que: *"Venho aqui falar relativamente ao Associativismo, não sei se alguém teve oportunidade de ver hoje o vídeo mais recente do meio de comunicação social da Batalha, o "Mova TV" que fez um excelente vídeo sobre os trilhos do pastor que foi um evento, que se realizou este fim de semana em São Mamede. Um evento com mais de 1000 participantes em dois dias. Sábado com um "Kids Run", estimular e promover o desporto da natureza pela nossa camada mais jovem e domingo com três provas. Duas delas classificativas de trail curto e trail longo e uma prova de caminhada. Envolve todo o Associativismo de São Mamede. Ao ver esse vídeo, vou aqui citar três pessoas, Luís Pereira, habitante da Perulheira "O impacto enorme da freguesia de São Mamede e concelho da Batalha, a quantidade de gente que vem de todo o país, aquele dia em que sentimos que todos os caminhos de norte a sul do país vem ter a São Mamede e à Pia do Urso"; João Carlos, "comércio local, os trilhos do pastor, de ano para ano está melhor. Grupo unido e coeso a fazer coisas boas em redor da nossa freguesia e concelho"; António Lourenço, "núcleo de Espeleologia de Leiria. Para fazer acontecer nos trilhos a miúdos e graúdos que por meios próprios não conseguem fazer os trilhos. É muito gratificante ver a alegria dos miúdos. Para nós enche-nos a alma"; senhor Carlos Agostinho, vice-presidente da Câmara Municipal da Batalha, "evento que marca a diferença, belíssima aldeia, aldeia de Pia de Urso, com características turísticas. É um evento que dignifica o nosso concelho, o Atlético Clube de São Mamede, está de parabéns. Envolvência de mais de 100 voluntários que mobilizam esta comunidade, organização de excelência, que tem mais de 1000 participantes e trazem vida ao concelho da Batalha e de alguma forma, tornam no produto não só desportivo, mas também num produto turístico e de natureza para a nossa região. É para continuar e o Município está ao lado da Associação, para continuar a apoiá-los". Ora, vamos lá concluir antes que me cortem o tempo! quem ouve este vídeo percebe a magnitude deste Evento e o bem que contribui para a nossa região, tanto a nível do Turismo, do Desporto, mas também presença na preservação ambiental, já que esta Associação tem mais de 60 quilómetros de trilhos abertos pelas nossas serras, freguesia de São Mamede e de Reguengo do Fetal. É um Evento que merece ser apoiado e pelo segundo ano consecutivo deste executivo, falharam! Primeiro ano, promessas de palco, tendas, falhadas, ninguém se dignou responder, aliás, nem*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 16 de 43

atendiam os telefones nos dias que antecederiam o evento. Segundo ano, promessa de apoio na montagem de balneários para banhos, mais uma vez sem resposta, aliás, se o Pavilhão de São Mamede estivesse concluído já não seria necessário gastar este dinheiro participado pela Junta de Freguesia de São Mamede, porque senão as pessoas que vieram de Ponte de Lima não tinham onde tomar banho, o que é uma vergonha! Numa prova deste calibre. Anos anteriores a este executivo, sempre houve uma aposta clara neste evento, inclusivamente até se conseguiu trazer para cá uma prova final nacional. Este ano, o executivo resolveu participar este evento com 2000€, nem para a GNR deu! É esta a prova que querem dar continuidade? Como conseguem explicar repetidas falhas no apoio a esta prova? Quem cuida das nossas serras, não merece outro tipo de apoio? Quem cobra os custos de manutenção de 60 quilómetros de trilhos limpos e abertos pelas nossas serras? Se contratassem uma empresa para realizar estes trabalhos, quanto seria o impacto financeiro? Em relação a outro ponto, à Pia do Urso, foi adjudicada uma obra no valor de 37.000€ para homologação do percurso BTT e um concurso público, ganho por uma entidade no valor de 49.500€, que foi a reunião de Câmara no dia 02/01/2023, obras que visam reparar todo o percurso de BTT e que em dezembro de 2022, foi uma proposta do Movimento do Sr. Telmo, aqui presente nesta Assembleia! Em que estado se encontra esta adjudicação? Visto já ter ido a concurso público e já temos aqui alguém que o faça, já foi adjudicada? Ou é mais uma obra de São Mamede que não vai passar do papel?"

Intervio de seguida o senhor deputado municipal **Nuno Santos**, após cumprimentar todos os presentes, informou que trás um assunto recorrente, "mas não podemos deixar esquecido que é o Pavilhão de São Mamede e o tal ponto de situação que todas as reuniões aqui fazemos, relativamente ao Pavilhão de São Mamede, já sabemos que a culpa foi do anterior executivo, porque começou a obra, que o Gabinete de Projeto demorou nove meses a dar à luz uma resposta. Que foi detetado um erro de projeto de arquitetura elaborado pelos serviços da Câmara. Que passado um ano e sete meses, ainda aguarda resposta do Gabinete de Projeto Etc., Etc.! No final de contas, a obra continua parada, conforme vossa decisão e pelo que vimos na ordem de trabalhos, vai continuar parada, pois não há nenhum ponto para falar sobre o Pavilhão. No entanto, em reunião no Centro Escolar de São Mamede, os pais solicitaram um espaço coberto para as crianças fazerem atividades desportivas, o que seria facilmente resolvido se houvesse Pavilhão. Espantados ficaram os pais e nós eleitos pelo PSD, com a resposta vinda de quem representava o Município nessa reunião, onde foi dito que os trabalhos do Pavilhão em São Mamede, na melhor das hipóteses só em 2024 é que seriam recomeçados. Uma vez que o senhor Presidente, tem como princípio não fazer obra nos últimos seis meses de mandato, porque entende que é propaganda política. Das duas uma, ou não reparou que o tempo está a ficar escasso e tem pouco mais de um ano para fazer a obra ou definitivamente, não tem intenção nenhuma de fazer o pavilhão em São Mamede."

Segundo assunto. Segunda alteração à primeira revisão do PDM da Batalha com a presente alteração agora aprovada do PDM, em nossa opinião, devia o Município da Batalha concretizar a programação de eixos estratégicos de desenvolvimento urbano mais ajustados às novas expectativas económico



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 17 de 43

sociais, culturais e ambientais. A proposta agora submetida para discussão pública apresenta várias incongruências. Privilegia a resolução de algumas situações de mero interesse particular e está bastante distante da prometida revolução urbanística que foi apregoada pela atual liderança independente que governa a Câmara da Batalha. Os filhos conseguem fazer casas ao lado das casas dos pais como prometido. Porta a porta durante a campanha, pelos mais altos membros do Movimento Independente, frase bastante repetida pelo senhor Presidente Raul Castro. Trata-se de uma ferramenta estratégica para os próximos anos em termos gerais, a proposta de alteração do PDM em causa, em nada traduz um compromisso estratégico com as atuais exigências do território de fixação de jovens e de expansão das atividades económicas. A não inclusão dentro dos limites urbanos de áreas onde há infraestruturas já construídas de saneamento, água, eletricidade, onde sempre foi dado como bitola desta maioria do Movimento Independente Batalha é Todos, a recuperação de 60% do solo urbanístico perdido é manifestamente insuficiente. Está aqui da vossa campanha, onde diz alterar o Plano Diretor Municipal, de modo a permitir a fixação de famílias e de empresas no território, reverter parte de 60% do território urbanizável face à última revisão. Estava no vosso Facebook. As pessoas têm que aprender que tudo o que é vendido porta a porta ou nas televidas só um terço é viável, mais ou menos dos 25,3 cerca de 15% são gastos em resoluções pontuais de terrenos de interesse pessoais. Sabemos que esta alteração do PDM, já vinha a ser preparada pelo anterior executivo e agora finalizada pelo executivo atual. Achamos que 25,3 é melhor que nada sinceramente, mas fica muitíssimo aquém do esperado e do prometido, quase proclamado pelo Movimento Independente Batalha é Todos. Olhando para esta alteração agora aprovada pela vossa maioria, afinal verifica-se que a Batalha não foi para todos, mas sim para alguns! Se a alteração fosse a votação nesta Assembleia, eu votaria contra, pois considero que as freguesias de Reguengo de Fetal e de São Mamede continuam muito prejudicadas.” -----

Usou da palavra o senhor deputado municipal **Armando Rosa**, que após cumprimentar todos os presentes, quis salientar o seguinte: “Só um parágrafo rápido sobre as comemorações e a sessão solene do “25 de Abril”. Para o citar a presidência da Assembleia Municipal na pessoa do senhor Dr. Joaquim Ruivo e uma palavra sublinhando o convite que foi feito, aos nossos colegas e deputados da bancada do PSD na pessoa do senhor Alfredo Matos, num grupo em que eu também estava, no email que eu também recebi igual a todos os demais, e-mail no início de abril, mensagem 3 ou 4 de abril, antes a identificação do orador, portanto, certamente houve aqui alguma deficiente comunicação, mas entre um grupo que nada tem a ver com os demais, todos os mais receberam! Chega interveio, a Iniciativa Liberal interveio, portanto, saudar a participação democrática e sublinhar que gostaria de ter tido também a presença de todos os meus colegas do PSD, uma vez como o nosso Presidente disse e muito bem, o “25 de Abril” é do povo e de todos nós, o que sucedeu a seguir são questões diferentes. Relativamente aos pontos que aqui me trazem, senhor Presidente, em dezembro, na Assembleia Municipal, o Movimento Independente apresentou uma Recomendação, que tinha a tónica no Centro de Saúde, nomeadamente, previa a abertura da sala de espera às 8h da manhã, ou seja, 30 minutos do que atualmente se observa, a implementação de atendimento telefónico real e



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 18 de 43

efetivo, bem como a instalação de um telheiro para que os utentes e as pessoas que aguardam à chuva e ao frio a sua abertura, tivessem alguma dignidade. Muito gostaríamos de saber qual o ponto de situação relativamente à Unidade de Saúde Familiar da Batalha. Também a criação de uma Comissão de Acompanhamento para aferir das deficiências ou para permitir uma alteração das condições do próprio Centro de Saúde, portanto, possa esclarecer esta Assembleia o ponto em que a atual presentemente se encontra, no sentido da recomendação que foi aqui aprovada por unanimidade. Ora, o programa eleitoral do Movimento Independente previa na temática da família a prática de atos pelos órgãos a eleger, tendo em vista a instalação de uma estrutura residencial para idosos em São Mamede, ou seja, um Lar. Foi também proposto no nosso programa, a criação na freguesia da Golpilheira de um Centro de Dia. Muito gostaríamos de ser elucidados, como tenciona o Executivo poder concretizar ou promover estes dois temas nos próximos tempos.”

Usou da palavra a senhora deputada municipal **Elodie Zeferino**, que após apresentar cumprimentos a todos os presentes, informou ir continuar com o tema do PDM. “Todos nós recordamos certamente que um dos destaques da campanha do Movimento era o PDM e passo a citar, no evento de apresentação da lista, precisamente há dois anos, em abril, o agora atual presidente do município dizia, “não podemos aceitar que tenha sido aprovada a revisão do PDM de forma atabalhoada e à pressa que tem produzido tantos danos patrimoniais a muitas famílias, a ampliação da zona industrial da Jardoeira, bem como a criação de infraestruturas de acolhimento empresarial nas freguesias da Golpilheira, Reguengo do Fetal e São Mamede, são prioridades. As nossas empresas têm de ter capacidade para crescer e precisam de uma Câmara que perceba os empresários e as suas dificuldades, evitando ser uma força de bloqueio.” Fim da citação. Dito isto, e como o Nuno já referiu, onde está a famosa revolução urbanística? onde está o compromisso estratégico de diretrizes jovens e de dinamizar a economia? a visão de longo prazo está materializada nas chamadas OPGES, que são as unidades operativas de planeamento e gestão ou também conhecidas por unidades de execução que o senhor Presidente criticou em campanha, assim como criticou a forma atabalhoada e à pressa como foi aprovado o PDM em 2015, pois, nesse sentido, esperávamos de si outra atitude em 2023, pois apresentou a alteração ao PDM em reunião de câmara extraordinária, reunião essa que, lamentavelmente, do que apurámos, não presidiu porque se encontrava a entregar uma ambulância no programa social de uma ONG da Batalha, naturalmente, não deixo de louvar a ação, mas num assunto de extrema importância, como é o PDM, foi manifestamente triste, não se encontrar presente na reunião de votação, circunstâncias a parte, interessa-nos a todos, PSD e munícipes perceber a visão estratégica de futuro. A anterior versão do PDM tinha 11 OPGES passou a ter 14, portanto, mais três em termos absolutos, mas se me permitem, vamos ouvi-lo em setembro de 2021, a intervenção era precisamente aquilo que eu estava a referir, a intervenção basicamente, eram 44 segundos num evento, na altura da campanha, que efetivamente não era aceitável a forma atabalhoada de à pressa da revisão do PDM, falou imenso e na zona de expansão da zona industrial da Jardoeira, precisamente também neste vídeo de 44 segundos, mas, na prática, o que nos parece que fez foi deslocalizar o que estava previsto como zona de expansão norte junto à A19 para a zona



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 19 de 43

industrial da Jardoeira poente, portanto, porquê? Não fará mais sentido estarmos perto da A19 no limite e pegando em palavras suas também, expansão é aumentar área, não é substituir uma área por outra, portanto, aqui haverá algum motivo para estarmos a canalizar investimento para poente? Ainda sobre estas novas áreas propostas, pergunto qual a visão estratégica para o Concelho, porque, na prática, as novas zonas que foram aprovadas são zonas residenciais e não industriais. Voltando aqui às projeções e só para terem uma ideia, porque o tempo também está a terminar. Este é um mapa do concelho, as zonas que estava a falar como zonas novas são aqui em volta destas cinco zonas residenciais em volta do centro da Vila, vá, digamos, e que nós gostávamos de perceber o racional destas cinco zonas habitacionais, na zona central da Batalha, porquê esta concentração, porque o foco urbanístico na zona da Amieira e da Quinta Nova, será alguma promessa? Será alguma coisa contra o desenvolvimento de todo o restante território de outras freguesias? E também tentar perceber que, para estas zonas há todo o investimento em infraestruturas que é necessário realizar e, portanto, se não é prática comum e não temos dinheiro, então já temos dinheiro para investir nas infraestruturas destas novas áreas? Parece-me a mim que é a máxima que todos utilizam da Batalha é de Todos, é assim utilizada, mas é de todos para os nossos amigos.”

O senhor deputado municipal **Frederico Alfaro** usou da palavra para cumprimentar todos os presentes e dirigiu-se ao senhor Presidente, “certamente sabe como se encontra o estado atual do relvado sintético do Campo de Futebol. Questiono se o Município já tomou alguma decisão sobre a sua substituição, atendendo a que falta apenas dois meses mais ou menos para acabar a época desportiva e depois o período de pausa é bastante curto. É importante arranjar uma solução o mais rápido possível e de preferência antes do início da próxima época, porque o relvado está lastimavelmente degradado. Circula aí pela comunidade que é vossa intenção fazer um novo campo de futebol no Reguengo de Fetal, no espaço que pertence à Paróquia. Também sabemos que o anterior executivo teve esse projeto, mas que não conseguiu concretizar por não ter chegado a entendimento com os gestores do património da Paróquia. É verdade que estão a negociar? já existe algum acordo? O segundo tema, prende-se com o programa, “Cresce Mais”, Assembleia após Assembleia, o PSD tem questionado, Senhor Presidente, recorde que a 13 do 12, a resposta do Senhor Presidente foi que o projeto referido sofreu alterações de regulamento, pelo que, em breve, as candidaturas serão apreciadas. Na Assembleia Municipal de 27 do 2, o Senhor Presidente referiu que o novo programa não podia contemplar aquilo que não estava em vigor e, portanto, tivemos de voltar atrás e mais uma semana serão efetuados os pagamentos 27 do 2. Posto isto, já passaram 2 meses e não foram processados os pagamentos, não me espanta! A resposta do Senhor Presidente foi mais uma vez sem certezas e provavelmente, sem conhecimento do estado atual do processo, pois respondeu a olhar para o seu Vice-Presidente, tendo este encolhido os ombros com a sua afirmação. Senhor Presidente, relativamente a este programa, questiono, valia a pena destruir tudo o que estava feito e bem feito do anterior executivo, só para dizer que fez diferente? afinal acabou por fazer igual, o problema é que com esta teimosia, as famílias ficaram privadas do apoio que certamente ajudava na gestão dos seus orçamentos familiares. Sei que vai dizer que já seguiu um e-mail com a atribuição



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 20 de 43

do subsídio. Eu sei disso, veio tarde, Senhor Presidente, e em cima desta Assembleia, coincidências! Por último e para que fique bem claro a todos os presentes, e aos que estão a seguir lá em casa, quero deixar uma nota sobre o Julgado de Paz. O senhor Presidente acha excessivo o custo de implementação, mas, pelo mesmo valor, prefere instalar temporariamente um campo de andebol de praia. Senhor Presidente, o tema dinheiro é recorrente nos seus discursos, basta recuar a todas as suas tomadas de posse. Batalha da primeira vez, Leiria, Batalha novamente, para apresentar sempre a mesma narrativa. As contas estão péssimas, vamos fazer uma auditoria, etc. etc., basta ler essas entrevistas, fazer um copy paste, porque, depois é sempre o mesmo discurso. Senhor Presidente, esse discurso já não pega em 2023. Os munícipes querem desenvolvimento e querem que o Município esteja disponível para investir e para desenvolver o Concelho. Relativamente ao Julgado de Paz, acho que o Senhor Presidente pode assumir que perdemos uma oportunidade por um "capricho seu."-----

Retomou a palavra o senhor deputado **Nuno Santos**, para questionar sobre o Autocarro do Município, em relação às cadeiras para as crianças e bebés. "Recentemente, o autocarro foi solicitado pela Creche de São Mamede e os pais é que vão ter que levar as cadeiras para trazer as crianças e muitas das vezes a resposta quando é solicitado o autocarro ao Município, a resposta é logo que não! É não! Pronto. Foi o que me foi comunicado. Eu gostaria de saber o porquê? E se as cadeiras veem. Se já estão, e se essa parte já está adjudicada e se já está tratado e também se havia algum tipo de solução pelo Município para se arranjar algum meio de transporte. Pelo menos para as crianças poderem fazer, às vezes outras atividades fora da sua creche."-----

Usou da palavra, o senhor deputado municipal **Ricardo Vala** para cumprimentar todos os presentes, questionando sobre: "primeira questão, os apoios, incentivos à natalidade, já a última vez que tínhamos falado nisso, na última Assembleia. Sei que foi aprovado na ata de 13 de março da Câmara, mas as pessoas continuam sem receber esse valor. Outra questão é relativamente à Creche, queria saber se existe desenvolvimento ou se é um retrocesso". -----

Seguidamente e após questionado pelo senhor **Presidente da Assembleia** se pretendia usar da palavra, interveio o senhor **Presidente da Câmara**, iniciando a mesma com um cumprimento dirigido a todos os presentes, mencionando ainda que iria passar a responder a todas as questões e recomendações apresentadas. -----

Posto isto, e no seguimento da apresentação do senhor deputado Carlos Santos informou que "aquilo que se tem passado em termos das pequenas obras é um acordo que há entre o Município e as Juntas de Freguesia. Dentro de uma verba que foi estipulada e à qual se aplica uma fórmula de proporções e são as freguesias que escolhem as intervenções que querem fazer, com base no montante que é atribuído e, portanto, esse processo de pequenas intervenções é um processo que já vai no segundo ano. Com alguns percalços recentes, mas que já vai no segundo ano de execução. Quanto à rede viária no concelho, efetivamente está muito degradada, podíamos estar aqui agora a dissertar sobre as razões dessa degradação, não interessa para o caso, cada um tirará a sua conclusão. Mas, a verdade é que o grande eixo do concelho tem um plano específico. As juntas são



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
Pág. 21 de 43

avisadas daquilo que se tem de fazer. O problema que está aqui é a oportunidade e também o recurso financeiro para podermos executar dentro do calendário que desejaríamos.-----

Quanto à intervenção da senhora deputada Célia Cadima, sobre as comemorações do “25 de Abril” e ao senhor deputado Alfredo Monteiro, “também com os seus comentários sobre as comemorações, pelo menos os espetáculos onde eu participei estiveram com muita gente. Muita gente estava a seguir tal qual como eu e, portanto, ficará o comentário de apreciação de cada um. Está tudo bem!”

Ao senhor deputado Válder Cardoso, “a situação das escolas que a DGEST queria encerrar, tinha a ver com uma escola na Batalha, outra na Reholaria e outra nas Brancas. Fizeram-se as diligências necessários para manter as três escolas ainda em funcionamento e é o que vai acontecer. Quanto à atividade do dia 30 de março, a responsabilidade de não ter havido presença de mais alunos das escolas do concelho é única exclusivamente da própria GNR. A GNR, quando reuniu com a Câmara porque queria aqui fazer as comemorações do Aniversário do Comando Territorial, em que envolvia também esta atividade e também um concerto no Mosteiro com a Orquestra Sinfónica, no que respeita a essa mesma atividade, com os cavalos, com a parte canina, etc. Nunca cuidaram nas reuniões que tivemos, de saber como é que iriam trazer as crianças, mais, nessa última reunião em que eu estava, tinham solicitado à escola, para um representante da escola reunir no posto da GNR da Batalha, tendo em vista como é que podiam trazer os alunos das escolas. À última da hora queriam efetivamente apoio de autocarros que nós não tínhamos, porque os transportes escolares se mantinham, portanto, não havia capacidade para transportar. Estamos a falar de 800 crianças e, portanto, essa hipótese ficou arrumada.”-----

Relativamente ao deputado Nuno Santos, “eu não sei se percebi bem o alcance. Há o regulamento de apoios aos eventos do concelho, tentamos sempre aperfeiçoar ano após ano, tentando chegar junto das Associações com aquilo que é possível fazer e, portanto, toda a gente está sintonizada para estas condicionantes que o Município tem. Queria também dizer que, por vezes, não conseguimos ir mais longe, qualquer dia e a tendência é para agravar-se, não temos funcionários para determinadas funções, inclusive para transportar cadeiras, mesas, enfim, essas coisas. Senhor deputado Nuno Santos, o Pavilhão de São Mamede, como é sabido, foi para um Gabinete de Especialidades para ajustar a dimensão. A grande verdade é que demorou tempo demasiado e a última fricção que tive aqui hoje e também de um elemento que tem acompanhado este projeto, junto desse gabinete é que porventura amanhã segunda-feira, não, terça poderá estar cá. Para depois, então, indo descascar as especialidades, porque uma coisa é querer fazer um projeto que seja operacional, um projeto que seja fácil de gerir e não termos ali um museu que vai ter paredes assim, luminárias assado, para tudo o que é de mais caro. Penso que não é essa a intenção e, portanto, logo a seguir, vamos avaliar isso. Quanto ao autocarro e as cadeiras, temos que aguardar mais dois meses. As cadeiras estão encomendadas, o fornecedor solicitou mais dois meses para entregar as cadeiras para os autocarros da autarquia. - -----

Sobre a segunda alteração do PDM, eu lamento que, se calhar e por aquilo que já aqui apreciei, a maior parte, não faz a mínima ideia do que é estar a tentar recuperar zonas de construção, o PDM é



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 22 de 43

gerido por um conjunto de entidades onde o que manda menos é a Câmara, acham que seria por nós que não iremos capturar os 60% perdidos? A verdade é que eles põem e dispõem e, enfim, demorou bastante tempo e a solução que a Câmara tem assim que acabar esse processo que vai, presumo eu, a partir de 7 ou 8 de maio entrar em discussão pública. Onde as pessoas podem consultar, o que é que acabou por ser revertido. A dificuldade que isto tem e que é transversal ao país todo, toda a gente se queixa, porque isto estão técnicos com as suas competências próprias, mas, às vezes tem uma falta de visão da realidade do que é o território em cada Concelho. Por isso, quando se vem dizer aquilo e aqueloutro... Bom! Nós gostaríamos muito que tivesse acontecido já esta reversão de muitas das áreas, deixaram-nos praticamente, o que aumentou ou que reverteu do solo urbano, foram 1680 hectares, de solo rústico foram 8.661 hectares. Estamos a falar de espaço suficiente para fábricas, escolas, enfim, para habitação. E por isso, esta luta que se travou para tentar que fosse conseguido e mesmo assim, tivemos que alertar para situações escandalosas e das quais não abdicaram. Eu não consigo explicar às pessoas como é que 2 ou 3 casos, que se passaram, tem um espaço, imaginemos um campo de futebol sem nada, um pelado e à volta está cheio de casas. Não tem linhas de água é plano, porque é que aquilo tem que ficar em reserva ecológica? Portanto, isso é tudo fácil para quem está de fora. Para quem está lá dentro e está a sentir estes afrontamentos da parte destas entidades, não é fácil digerir tudo isto!" -----

Respondendo à senhora deputada municipal Elodie Zeferino disse o seguinte, "em 2015 foi aprovado um PDM que previa um conjunto de UOPG's, que são as Unidades Operacionais de Gestão do Território. O que é que acontece? Eu admiro-me que de 2015 até 2021 nenhuma delas foi mexida, não se deu um passo e agora é que somos culpados disso acontecer? Até 2021 nada foi feito, temos estado a mexer nas zonas industriais, convinha às vezes pedir informação, estamos sempre disponíveis para a dar, não, ninguém mudou e cheirou um bocadinho a insinuação que pode ser complicado! Ninguém mudou a Norte e a Sul, o PDM revela as duas situações, expansão a norte e expansão a sul. Estamos a avançar com a expansão a sul, porque a identidade, a identificação nos titulares está já efetuada e estamos em vias de começar a fazer as notificações com os valores que podemos atribuir e a Norte também está a correr, tem um problema complicado que pode custar muito dinheiro que tem a ver com a conduta de escoamento das águas que vem precisamente da parte sul para o lado norte ao longo da A19. Acresce ainda que tinha sido adjudicado a um Gabinete há uns anos, a execução das obras de infraestruturas para as possibilidades que estavam em cima da mesa que depois entrou pela via judicial com um processo que entretanto conseguimos resolver, fazendo o respetivo acordo e articulando a parte que lhes compete com aquilo que está previsto de ampliação da expansão a sul, quando diz na Amieira excesso de construção, se calhar na Batalha no centro da Vila também está em desacordo, também construção, o que nós nos preocupamos não é com A nem com o B, é aquilo que gostaríamos que fosse e depois somos confrontados com aquilo que eles autorizam. Temos muita situação em que perdemos, outras ganhámos, infelizmente, a maioria não conseguimos. No mesmo sentido, a situação que nós temos é que passa a haver condições para a construção de habitação, há espaços que foram revertidos precisamente para possibilitar a que



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 23 de 43

alguns proprietários pudessem construir ao lado das suas habitações e, portanto, nem tudo é mau, como se costuma dizer.” -----

No que concerne à apresentação do senhor deputado Frederico Alfaro, referiu que “se o procedimento do relvado sintético já saiu para o campo de futebol do Reguengo do Fetal? não faço a mínima ideia! já ouvi, mas também não tenho qualquer informação! Sobre os pagamentos do programa “Crescer Mais”, já começaram a receber. O Julgado de Paz, custos ou não custos, por que razão é que, pelo menos três dos outros Municípios também se puseram logo à margem e também não o querem? Somos nós que somos aqui uns tolinhos? ou coisa parecida? Penso que está em vias de haver uma posição definitiva e nós ficaremos com a Delegação do Julgado de Paz, porque faz precisamente o mesmo trabalho que faz aquele que é pivô e, portanto, ficamos servidos na mesma, não seja esse o grande problema, quando chama capricho, estou cá para gerir o melhor que sei o conselho da Batalha! Quando um dia de se candidatar, com certeza que lhe chamarei capricho por aquilo que possa ou não fazer, não é? Acho que não há necessidade, às vezes utilizar determinado tipo de palavras, porque não vamos a lado nenhum com isso!” -----

Ao senhor deputado municipal, Ricardo Vala, sobre os Incentivos à Natalidade, “aqui há algum atraso, é verdade, mas também não vamos ficar a dever nada. Não é fácil gerir uma tesouraria como aquela que temos, onde estamos ali com problemas de indemnizações que não contávamos e, portanto, temos que ter aqui alguma cautela, por isso, aquilo que posso adiantar é que dentro em breve vamos pôr em dia a parte dos incentivos, já que estamos a pagar os apoios do Crescer Mais”. --

O senhor Presidente da Câmara, informou ainda, que iria falar da Creche e de seguida o Dr. Carlos Agostinho falaria da Pia do Urso. -----

Em relação à Creche, “entrou em obra a empresa que foi a quem foi dedicada a parte que tinha a ver com a eficiência energética, acabando essa, estamos agora a avaliar juridicamente como é que vão ser feitos os acabamentos, porque a empresa que estava lá, recusou-se pura e simplesmente a aparecer na obra, foi notificada juntamente com aquela que está ali agora e disseram que recusariam a intervenção que lhes competia. Portanto, vamos agora para a via jurídica, para ver como é que damos conta disto.” -----

Tomou a palavra o senhor Vice-Presidente, para prestar os devidos esclarecimentos ao senhor deputado Válter, relativamente à área da educação, “em boa verdade, a DGESTE anualmente questiona o Município acerca do movimento anual escolar que tem a ver com o desmantelamento ou não de algumas escolas, há uns anos atrás com a construção do Centro Educativo Escolar da Batalha, na carta escolar, o objetivo era desativar a escola da Rebolaria e a escola das Brancas nesse movimento, obviamente que nós, sempre defendemos a necessidade de manter na rede essas duas escolas. Obviamente que a escola das Brancas tem tido um problema, porque tem tido poucos alunos, já tivemos anos escolares em que tinha 7 alunos, por exemplo, mas com o crescimento do número de alunos no último ano letivo, com a integração de crianças que vêm da imigração, nós temos mantido o mesmo pressuposto que é manter essas escolas, pelo contrário, temos de incrementar valor nessas escolas e melhorar as suas condições, porque a escola da Rebolaria está no

seu limite máximo de capacidade, obviamente que a escola das Brancas também vai crescer e foi nesse sentido que já manifestámos junto da DGESTE numa reunião, uma proposta que surgiu junto do executivo e essas escolas vão manter-se na rede, portanto, não há aqui nenhum desmantelamento do número de escolas que estão integradas no movimento anual escolar.-----

A segunda questão tem a ver com os melhoramentos. Neste momento, temos praticamente todos os projetos de execução para apresentar, inclusive junto do executivo, relativamente às escolas periféricas, reparações e beneficiações das escolas serão objeto de candidatura no âmbito da iniciativa territorial de investimento que está neste momento a ser desenhada no seio da Comunidade Intermunicipal, resulta do novo Centro 20 30 PT Programa Portugal Vinte-Trinta e, portanto, os valores que estão atribuídos para o Fundo de Coesão Territorial e nós vamos integrar estas escolas que necessitam de sofrer melhorias por via da integração das componentes de refeitório, das escolas, do prolongamento de horários, porque são escolas centenárias que foram concebidas para escola, para uma vertente letiva e muitas vezes tivemos que fazer adaptações, fomos evoluindo no tempo, no sentido de fazer algumas adaptações para acolher as vertentes do prolongamento de horários das atividades de tempos livres e refeitórios, das refeições escolares. É nesse sentido que vamos melhorar as escolas periféricas, designadamente em particular, Rebolaria, Faniqueira, Casais dos Ledos, etc., portanto, são essas escolas, a par de outra iniciativa que vamos avançar, que a remodelação, a segunda fase, concluir a segunda fase da remodelação do Agrupamento de Escolas da Batalha, esses dois projetos podem ser enquadrados numa das medidas da ITI que é a 5.1. Os projetos estão, de facto, na fase final de elaboração, portanto, temos os projetos de execução, as nossa equipa interna elaborou o projeto técnico e depois temos vindo a contratualizar os projetos de especialidades e contamos integrá-los nesta nova leva de apoios comunitários, obviamente, não será uma programação que se consegue conceber um plano na interrupção letiva, vai levar mais tempo, temos que submeter a concurso público, temos que fazer um concurso público por lotes e esses lotes terão a ver com cada estabelecimento escolar.-----

Respondendo ao senhor deputado Hugo Vicente, informou que “de facto, assistimos a uma brilhante iniciativa do Atlético Clube de São Mamede e voltava a dizer as mesmas palavras que acho que foi uma excelente organização, de facto errei, não foram 100 voluntários, parece que foram muitos mais, que têm feito um trabalho brilhante e que, de alguma forma, já colocaram no mapa da nossa região uma prova daquela natureza e devo dizer que, sinceramente, fiquei surpreendido com aquilo que disse, porque em seis de fevereiro, nós respondemos prontamente ao senhor presidente Hugo Carreira, presidente da Direção do Atlético Clube de São Mamede com toda a vertente logística e digo-lhe já, que é uma longa lista de apoio logístico para manter ativa, toda a nossa colaboração na montagem do evento, inclusive o aluguer dos stands para o acolhimento dos balneários e, portanto, inclusive o Chefe de Divisão de Manutenção e Exploração, também foi correspondendo, eu tenho este histórico todo, foi correspondendo também às interligações com a Direção no sentido de lhes dizer como é que iriam montar os módulos de WC, como é que iriam fazer a montagem, o transporte dos equipamentos. Tivemos aqui questões ligadas às cinco unidades de WC, porque foi feito num



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 25 de 43

determinado espaço e aquilo tinha que garantir a rede de esgotos e a rede de águas, etc. E, obviamente, também complementarmente, demos um apoio sob o ponto de vista e foi consensual. Eu só vos queria dizer que os apoios ao Associativismo tem havido uma preocupação muito grande de entreaajuda e de alguma forma de harmonização dos critérios junto do júri e o júri é tanto constituída pelas diferentes fações que, portanto, neste caso, do PSD e do Movimento Independente, e temos procurado alinhar os nossos critérios para que das atas do júri sejam unânimes as respostas aos pedidos das Associações, sempre limitados é claro, sempre limitados! Sim, é verdade, demos também um apoio complementar de 2.000,00€ para o evento, para além da panóplia de meios logísticos que acabámos por enviar para a Pia do Urso e volto a dizer que a Associação está de parabéns, certamente que nós com os nossos recursos escassos, jamais fariamos tão bem, certamente, porque envolver cerca de quase 200 voluntários que, de alguma forma, conseguem fazer todo aquele processo de desmatção e conseguem mobilizar tanta gente naquele contexto. É, de facto, uma iniciativa ímpar e de louvar! Portanto, parabéns ao Atlético Clube de São Mamede”. -----
Outra questão, tem a ver com a requalificação do Centro de BTT, obviamente, que no momento em que tínhamos tudo preparado para avançar, nós já adjudicamos a requalificação do Centro de BTT, o valor foi de 49.499,95€ e já foi notificada a empresa para entrar em obra, logo após o término deste evento, para além de estar na fase final e também na altura envolvemos a Associação do Atlético Clube de São Mamede para o Centro Cycling Batalha 2023 são a homologação dos trilhos e que este projeto está efetivamente cofinanciado. Para além de outro projeto que está neste momento a ser elaborado o caderno de encargos, para avançarmos também com a requalificação futura do parque das estações sensoriais do Parque da Pia de Urso e que obviamente serão também integradas no âmbito dos processos de requalificação integradas na iniciativa territorial de investimento. A este nível nós estamos a fazer paulatinamente, vamos avançar com estes investimentos. Já estão num estado de maturidade que nos permite dizer que provavelmente teremos um resultado até final deste ano corrente. Principalmente destes dois projetos. Das estações irão levar certamente mais algum tempo. -----

Por outro lado, também queria acrescentar sobre o tema das cadeirinhas para as crianças. Essas cadeirinhas já estão adjudicadas, efetivamente entraram em produção, mas a entidade ainda não teve capacidade para concluir porque são cadeiras especiais, com um sistema de atracagem às cadeiras do autocarro e infelizmente ainda não foi possível garanti-las, inclusivamente para o evento de amanhã do “Laço Azul”, tivemos um período de dificuldade, é verdade, mas sempre que nos pedem, relativamente à garantia de transporte para iniciativas dos Jardins de Infância e não conseguimos garantir por falta de recursos de meios humanos, ainda tentamos junto da rede de transportadores, mas está cada vez mais difícil conciliar a aquisição de serviços. Também no mercado externo, não está nada fácil, porque andam todos em sistemas ligados ao sistema “programa PART”, que é um sistema intermunicipal que envolve transportes públicos a uma escala supramunicipal e obviamente alocam todos os meios e muitas vezes quando nós queremos para um evento pontual ir ao mercado adquirir, respondem sistematicamente com a inexistência de recursos.” -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 26 de 43

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, para responder ao senhor deputado municipal Armando Rosa, sobre equipamentos sociais, em relação a São Mamede, "havia um protocolo que estava em vias de se extinguir e que nós já pegamos em ideias, já acertámos dentro do executivo, atribuir em 2024, por em orçamento 100.000€ e em 2025 outros 100.000€ para a ERP de São Mamede. Hoje mesmo chegou a notícia que vai haver um novo aviso do PRR, portanto, também terá a ver muito com a lógica daquilo que poderá ser ou não aprovado pelo PRR, sobre a ERP. -----
Relativamente ao Centro de Dia da Golpilheira, aquilo que nós pretendemos, já se fez um projeto, não foi aprovado, estamos a tentar que, neste caso, a Misericórdia candidate um novo projeto a apoio comunitário. Estamos na corrida, para dar não só espaço como também constituir uma resposta à população local." -----

Retomou a palavra o senhor deputado municipal Hugo Vicente, para interpelar o senhor Presidente da Câmara: "falou, que há um atraso no pagamento do Programa Crescer Mais, por causa de umas indemnizações que não estavam ponderadas. De facto, foi o Senhor Presidente que disse e toda agente ouviu, essa questão de indemnizações que não estavam ponderadas na caixa e que agora estavam com dificuldades financeiras em fazer esse tipo de pagamento. Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, quais são essas indemnizações de última hora que não estavam ponderadas em caixa e o porquê dessas indemnizações passarem à frente do pagamento do programa Crescer Mais." -----

Respondendo, ao senhor deputado, o senhor Presidente da Câmara observou que poderia ter dado nota de situação diferente, "mas a realidade é todo o conjunto em si, nem é o que passou à frente, o que é nós temos as nossas prioridades, ponto final! esteve mais difícil, porque perante algumas situações que apareceram, aliás, consta do material que foi distribuído, está lá os processos, alguns já com decisão, outros que a gente nem sequer sonhava e outros que estão para rebentar e, portanto, temos que ter aqui uma cautela nisto tudo, o "Crescer Mais" está a começar a ser pago, portanto, não é esse o problema, mas no conjunto, isto não está fácil, porque de quererem, de alguém querer mandar um prédio abaixo sem cuidar de saber quanto é que custa de imunizações e não há decisão ainda nenhuma, alguém ser confrontado com embargo que foi feito numa determinada época e o embargo foi feito irregularmente, isso já leva a uma a uma indemnização de cerca de 90.000 euros, mais cerca de 30 de juros, são 120.000, portanto, é este tipo de coisas que estão a somar e agente cá está para cumprimos com aquilo que nos impuserem, não é? Portanto, ninguém está aqui a dizer, que agora há complicações há! mas não estamos a pôr em causa aquilo que é prioritário. Fique bem esclarecido". -- -----

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado este período.-----

**

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao período de intervenção do público, período para o qual a mesa recebeu uma inscrição. -----

Assim, deu início a este período o senhor David Faria, residente na Batalha, cuja intervenção incidiu sobre o Centro Escolar. -----

Intervenção do senhor David Faria:-- -----

"Cumprimento os membros dos órgãos locais e o público que nos assiste aqui presentemente e em casa. -----

Na minha última intervenção, mencionei a falta de funcionários no Centro Escolar. É verdade que foram contratadas pessoas para o Centro, tal como foi referido pelo senhor vereador, no entanto na ótica da maioria dos pais, é necessário que a Câmara faça mais um esforço para colmatar a falta de pessoal ainda existente. A hora de almoço e final de tarde são os períodos mais críticos onde a falta de pessoal se nota. Apesar do esforço das funcionárias a tentar chegar a todo o lado, os almoços de 200 crianças são apoiados por cinco funcionárias que são manifestamente poucas para dar a atenção que o elevado número de crianças exige. Constato também que o ATL continua com falta de funcionários que apoiem e supervisionem as crianças, principalmente o horário após as 17 horas, quando a maioria das funcionárias acaba o seu o horário laboral e as que ficam começam a efetuar o trabalho de limpeza do Centro. Ou seja, para estarem num lado, não podem estar noutro, limitando o espaço do Centro Escolar às crianças, apenas uma sala às crianças que em benefício do horário alargado de ATL. Relativamente ao espaço da Quinta Pedagógica, sabemos que já foi feito o levantamento das necessidades que já foi dotado de orçamento e que está a concurso público. Foi também informado que iriam disponibilizar o espaço adjacente à escola entre as piscinas, para que as crianças tivessem contacto com a natureza, o sítio onde pudessem lanchar, brincar e correr, espaço com terra, sendo uma necessidade urgente a colmatar. O Centro Escolar não está dotado com escolas em redor, existe a vontade de vários pais, empresas da região em apoiar esta causa para que as crianças possam utilizar o espaço o quanto antes, caso a Câmara necessita e queira ajuda para este efeito. Posto isto tenho três perguntas, vão contratar mais funcionárias que possam abranger o horário de ATL até às 19 horas? Sim ou não? Qual é a vossa previsão para a conclusão da quinta pedagógica? Estará pronta no início do próximo ano letivo? Sim, ou não? E iremos ter um espaço com terra este ano letivo? Sim ou não? Obrigado."-----

Finda a intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos a esta intervenção, tendo o senhor Presidente solicitado que fosse concedida a palavra ao senhor Vice-Presidente Carlos Agostinho. Assim usou da palavra o senhor Vice-Presidente **Carlos Agostinho** que após cumprimentar todos os presentes informou relativamente ao Centro Escolar, *"nós reforçámos efetivamente o número de colaboradores, obviamente que o processo, só para terem uma ideia, na prestação de contas, verificaram que há um número de trabalhadores no grupo das assistentes operacionais que entraram para as escolas. Já está lá um aumento de 20 globalmente, obviamente que saíram algumas*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 28 de 43

colaboradoras, durante o período e nós temos estado constantemente a restabelecer pessoal e aumentámos, temos mais trabalhadores do que tínhamos anteriormente.

Segundo aspeto, nós temos duas salas de Jardim de Infância que estão a ser apoiadas já com uma segunda auxiliar durante o contexto escolar, isto devido às crianças com necessidades educativas especiais, duas delas tem efetivamente uma e, neste momento, dão apoio na copa 8 trabalhadoras, que reforçam as equipas, porque elas fazem o "turnover", digamos assim, e complementam-se em contexto de sala, quando os grupos vêm desfasados. São 8 trabalhadoras que estão alocadas a este período, no entanto, compreende-se que não é fácil gerir o espaço, isso não tenho a menor dúvida, porque efetivamente são muitas crianças, não é? mas sim, estamos a avaliar constantemente as necessidades nas escolas, assim como já aconteceu em São Mamede, aliás, falámos nisso numa última Assembleia.

Já fizemos a reposição também de postos de trabalho, mais duas em São Mamede, e também é uma boa verdade que nem sempre isto é linear, porque há baixas médicas, de um momento para o outro, existem situações prolongadas que nem sempre às vezes temos os meios necessários na função pública, para fazer a reposição imediata. Já recorremos à bolsa de recrutamento, estamos a esgotá-la e vamos abrir uma nova bolsa. Portanto, brevemente, temos que fazer um novo procedimento para abrir uma bolsa contínua de reposição de postos de trabalho.

Quanto à Quinta Pedagógica, já fizemos um levantamento exaustivo, tivemos com empresas a fazer o levantamento para desenhar o concurso público e temos isto por etapas, de facto, aquilo é uma obra que custa bastante dinheiro para reposição da Quinta Pedagógica custa entre 60 a 70.000€ e nós estamos a tentar, de alguma forma, colmatar as necessidades, fazendo um cronograma de execução, que permita o que é mais urgente e o que é mais estrutural e que ponha em causa a segurança das crianças, para devolver a Quinta Pedagógica às crianças no próximo ano letivo, não há nenhuma empresa que nos dê garantia, conceba o espaço antes do término do arranque do novo ano letivo.

Relativamente, ao espaço junto às Piscinas, quero vos dizer que aprovámos recentemente um programa ocupacional, o que mobiliza mais de 800 crianças e inclusive no espaço acessório à escola, temos já atividades programadas para aquele espaço e teremos que repensar esse futuro nessa Inter-relação com o Centro Escolar da Batalha, é evidente que eles vão usufruir já desses espaços para complementar algumas atividades que é muito aprazível o espaço e podem fazer coisas muito interessantes. Muito obrigado"

Terminadas as intervenções do Público, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrado este período.

**

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Passou-se, de seguida, à análise dos pontos abaixo designados, constantes da Ordem de Trabalho:---

Ponto 1 - Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Página 29 de 43

Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Ponto 2 – Apreciar e deliberar sobre os movimentos ocorridos no Inventário Municipal (ano 2022), ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.; -----

Ponto 3 – Apreciar e deliberar os documentos de prestação de contas do exercício de 2022, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com o estatuído na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual; -----

Ponto 4 - Apreciar e deliberar sobre a 2.ª alteração à delimitação da Área da Reabilitação Urbana (ARU) da sede de freguesia do Reguengo do Fetal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, conjugado com o disposto nas alíneas a) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e h) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, pronunciando-se, ainda sobre os respetivos benefícios fiscais, nos termos do preceituado no artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

Ponto 5 – Apreciar e deliberar sobre a nomeação de júri, no âmbito dos procedimentos concursais de recrutamento para cargos de direção intermédia de 2º grau – Quatro Chefes de Divisão, nos termos do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, na sua atual redação. -----

Ponto 6 - Apreciar e deliberar sobre o projeto de alteração ao Regulamento “I9 – Espaço do Conhecimento da Batalha” (publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 63, de 30/03/2020 - Regulamento n.º 305/2020), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Ponto 7 - Apreciar e deliberar sobre a proposta de alteração de Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (Aprovação Final), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

**

Ponto 1-----

Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia** usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** referindo que em virtude de ter sido disponibilizada atempadamente esta informação se encontra disponível para prestar os esclarecimentos que os senhores deputados entenderem. -----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 30 de 43

Interveio a senhora deputada **Elodie Zeferino**, referindo-se aos documentos partilhados para o ponto 1 da ordem do dia e especificamente à informação financeira do primeiro trimestre de 2023, deu o apontamento dos bons indicadores financeiros, *“na realidade, no primeiro trimestre de 2023 registámos uma boa robustez nos saldos e nos indicadores financeiros, como é o caso, por exemplo, do saldo bancário que se encontrava a 3.083.050,40€, o saldo mais alto desde 16/10/2021, cumprindo com todas as regras de equilíbrio orçamental e limite mínimo de endividamento, quase que me atreveria a dar os parabéns, prática bastante comum nesta Assembleia, não fosse infelizmente a evidência de que, se não fizermos omeletes também não se gastam ovos, que é como quem diz se não há obra é bom que o dinheiro também esteja lá, isto são os primeiros comentários relativamente ao ponto 1;-----*

Depois há um mapa que é o mapa de endividamento, só quero mesmo dar uma ressalva muito específica que tem a ver com o título do mapa, diz março de 2022 e devia dizer março de 2023, mas pronto, são pormenores, nós ainda neste ponto e não querendo também ser aborrecida, parece que estou sempre a falar do mesmo assunto, mas não quero deixar de passar! Falámos na Assembleia anterior sobre a questão dos professores e o senhor Vice-Presidente esclareceu bastante bem qual tinha sido o resultado final da ação em tribunal relativamente à contratação, ao tema dos professores das piscinas, tínhamos sido informados que dos cinco professores envolvidos na ação, existiam três que seriam reintegrados. Segundo o documento disponibilidade neste momento, relativamente à informação financeira, justamente na última página, tem a ver com as adjudicações, continuamos pelos vistos e conforme também tinha sido explicado e pré avisado pelo senhor Vice-Presidente, na Assembleia passada, a fazer adjudicações a entidades externas e passo a citar, para suprir os outros dois professores que não foram reintegrados, no entanto, agora com uma nova empresa, a empresa chama-se “Hobbyvida - Desporto, Educação Vitivinicultura, Lda.”. É um contrato no valor de 19.349€, aparentemente sediada em Viseu. Atrevo-me a dizer que, é caso para dizer que o Município tem uma grande aposta na coesão territorial, visto que os professores não sei se são de Viseu, se vem de “Flixbus” aqui para a Batalha, ou há alguma razão específica para a empresa ser de Viseu! Bem sabemos, depois do fecho da ação em tribunal dos cinco professores, apenas três quiseram manter o vínculo, isso foi esclarecido, mas a minha pergunta é, será que o trabalho dos outros dois professores justifica um contrato deste valor? Estamos a falar de 3 meses e meio desde março, agora até ao fim do ano letivo, segundo aquilo que fez explicações dadas com uma nova empresa, deixando os professores que estavam associados à empresa na altura mencionada do Casal do Relvas que já estavam envolvidos neste ano letivo, para passar a ser uma nova empresa de novos professores que vem de Viseu, é uma das perguntas.-----

Ainda também no mesmo documento da informação financeira damos conhecimento que assumir um compromisso plurianual de 14.058€ para o ano 2024. Esse compromisso é relativo a aluguer de estruturas, o evento cultura, portanto, aparentemente de estruturas de tendas. Pergunto se já estamos a alugar os palcos para 2024 ou se estamos a alugar para 2023, mas só pagaremos em 2024, isto porque, no mesmo quadro das adjudicações, na última página do documento, apresenta



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.A.L.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Página 31 de 43

uma consulta prévia para a locação de estruturas de tendas e bancadas, eventos de 2023, um de 9.000€ e outro de 14.000€, confesso, acho que é um tema simplesmente de esclarecimento para percebermos efetivamente estes compromissos plurianuais entre aquilo que são as adjudicações de 2023 e aquilo que são os compromissos plurianuais de 2024.”-----

Após agradecer a intervenção da senhora deputada, o senhor **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que solicitou autorização para que o senhor Vice-Presidente Carlos Monteiro interviesse relativamente a este ponto. -----

Posto isto, usou da palavra o senhor Vice-Presidente **Carlos Monteiro** mencionando que é muito simples “a empresa que estava a explorar e que tinha o processo de contratação estava tapada em termos limites para efeito de consultas e nós tivemos que abrir concurso público. Os concursos públicos, como nós não escolhemos quem vem a concurso, ganha quem faz a proposta mais baixa, é simples, transparente, claríssimo como a água! Essa é a primeira questão, não poderíamos, de alguma forma, insistir num modelo de consulta prévia para manter a adjudicação aos professores e, obviamente, face aos valores base do concurso, vieram abaixo do valor de base de concurso dentro de valores de mercado e a própria equipa que na altura estava a prestar serviços, não conseguiu acompanhar o valor mais baixo da outra proposta. Foi um concurso público. -----

A segunda questão tem a ver com os compromissos plurianuais. Neste momento, a programação está feita no sentido de também envolver, inclusive os alugueres da época natalícia, sendo que os valores a pagar ocorrerão no início do ano que vem e, portanto, passam a ser plurianuais 2023, 2024. Estamos neste momento a fazer a programação no sentido de todas as ações que envolvem aluguer, estejam devidamente contextualizadas no orçamento. Obviamente que nós já sabemos quando a fatura vem do mês de dezembro, transita para o ano seguinte, já tem que ter o compromisso plurianual para essa época, é esse do Natal que está neste momento em vigor. Conseguimos até o melhor preço do mercado.”-----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara e remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com vista à apreciação por este órgão da atividade municipal desenvolvida pelo Executivo à **data de abril de 2023, bem como da situação financeira do Município reportada com base nos valores indicativos relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março de 2023**, cuja leitura foi dispensada, atendendo a que previamente foi enviada uma cópia a todos os membros desta Assembleia. -----

**

Ponto 2-----

Apreciar e deliberar sobre os movimentos ocorridos no Inventário Municipal (ano 2022), ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

MGD n.º 296 de 04/04/2023-----



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 32 de 43

A pedido do senhor **Presidente da Assembleia**, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara**, informando este ponto se refere a abates de ativos, *“pelos documentos disponibilizados, está perfeitamente esclarecido, trata-se de equipamento básico no montante de 3.928,29€, equipamentos administrativo no montante de 11.499,43€ e outros ativos fixos tangíveis no montante de 1.619,12€, o sentido geral ou por alienação que foi o que a serem vendido, um conjunto de equipamentos de transporte por 87.940,70€ e venderam-se também 2 lotes de terrenos nas cancelas, portanto, abateu-se o ativo da Câmara, passou para a posse de um privado.”* -----

Usou da palavra o senhor deputado **Alfredo de Matos** solicitando esclarecimentos sobre o assunto: *“só porque falou na venda de dois lotes nas Cancelas. No relatório dos Revisores Oficiais de Contas, que fizeram auditoria às contas, aparece como venda de imóveis apenas qualquer coisa como 500.000€. Esses dois lotes não entraram nas contas de 2022?”* -----

O senhor **Presidente da Câmara**, informou que foram vendidos os dois lotes referidos, que constam no inventário, o lote 7 e 8 das Cancelas. -----

O senhor deputado **Alfredo Matos**, referiu que no relatório dos auditores aparece como vendas de ativo de imóveis, apenas realmente os 500 e tal mil euros, mesmo. -----

Interveio o senhor Vice-Presidente **Carlos Monteiro**, para acrescentar que o terreno da construção de Pocariça - Celeiro foi alienado por 571.000 euros. *“Está referenciado na ficha. Depois, o lote 8 nas Cancelas foi alienado por 136.850.000€ e o lote 7 também das Cancelas por 141.505,00€ inclusive, diz a data da deliberação de 28 de fevereiro de 2022, outra de 23 de maio de 2022 e do Celeiro em 11 de abril de 2022.”* -----

Ainda no uso da palavra o senhor deputado **Alfredo Matos**, questionou que se encontrava no mapa outros rendimentos e alienações de 554.965,24€. -----

No uso da palavra o senhor **Vice-Presidente**, esclareceu que “nós temos efetivamente este valor no relatório das Atividades, temos os dois valores, ele desagregou exatamente e depois que é isso na mais-valia, são mais-valias, ele menciona no último parágrafo da página 6, menciona outros rendimentos mais 576.000 euros. Esta variação está relacionada com a alienação de 4 terrenos, da qual resultou uma mais-valia de cerca 555.000,00€, mas nas fichas depois consegue comprovar isso.” -----

Após esclarecimentos prestados pelo senhor presidente relativamente aos movimentos ocorridos no inventário municipal no ano de 2022, designadamente quanto ao desconhecimento de ativos no montante de 401.392,39 € (quatrocentos e um euros e trinta e nove cêntimos), tendo por base os fundamentos constantes na deliberação n.º 2023/0164/G.A.V. tomada em reunião de executivo municipal de 10 de abril, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

(...)

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar os movimentos ocorridos no Inventário Municipal (ano



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 33 de 43

2022), ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.

Ponto 3

Apreciar e deliberar os documentos da prestação de contas do exercício de 2022, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com o estatuído na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

MGD n.º 272 de 04/04/2023

A pedido do Senhor Presidente da **Assembleia Municipal**, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, informando que este ponto se trata da prestação de contas do exercício de 2022 e tendo em conta os documentos distribuídos aos senhores deputados, se houver algumas dúvidas serão as mesmas esclarecidas.

Usou da palavra o senhor deputado **Alfredo Matos** referindo-se ao mesmo relatório dos auditores gostaria de chamar à atenção para umas coisas, "porque há coisas que levantam algumas dúvidas, num dos casos, na rubrica de rendas e alugueres teve um aumento de 68%, sendo que atualmente, o valor no fim de 2022 estava em 589.000€. Eu não tinha ideia que a Câmara pagasse quase 50.000€ por mês de rendas. É Uma dúvida que eu deixo. Estranhei realmente um aumento de custos com combustíveis e lubrificantes 188%, passou de 29 para 83. Não sei se isto é só da inflação e daquela sobre o aumento do consumo. É de referir que houve realmente um aumento de receita do IMT de 44%, aumentou de 627 para 900.000 euros, o que é ótimo para a Autarquia. Outro ponto que é sinal que a atividade melhor para trabalhar bem, há aqui uma coisa que eu não percebi, na última página, nas grandes opções do plano, há uma descida dos custos de transportes rodoviários de 1 milhão e meio de euros para 373.000€, isto está correto? É possível uma alteração destas de custos? Assim como nos custos da Ação Social passamos de 1 milhão e 200 mil para 500.000 euros. Há um outro valor que eu também vou referir, até porque vem quase na sequência da intervenção do Frederico Alfaro, realmente nota-se e as contas não mente. Realmente o apoio às famílias no ano de 2022, os números dizem que foi inferior em 45%. O apoio da Autarquia às famílias e eu não acredito que as famílias tenham deixado de precisar desse apoio, porque ele baixou de 45% foram menos 130.000€, não é muito dinheiro, mas para apoio às famílias se calhar tinha dado jeito a algumas. Agora vou só



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 34 de 43

referir aqui os dois valores que já não são novidade. De referir que um deles é o valor dos juros suportados pela Autarquia durante o ano de 2022. Apesar de ter havido aumento das taxas de juro, a nossa autarquia pergunto juros, 14.600 euros, isto é, cerca de 1000 euros por mês de juros, deve ser a despesa mais baixa que a autarquia tem. O que é que isto significa? que a política da nossa autarquia tem sido e quanto a mim, erradamente há muitos anos, diminuir o passivo, portanto, nós, eu já o referi várias vezes, não é para festas nem para gastar nem para despesa corrente, devia ser para investimento. Se o nosso concelho não quer ficar atrás dos outros todos, só tem uma hipótese, e é essa audácia que eu peço aos nossos governantes atuais, que tenham a audácia de fazer investimento, o investimento em património que mais tarde se possa vender, que possa reverter novamente o valor para a autarquia, não faz sentido nenhum, o nosso, com uma capacidade de endividamento, como nós temos, chegámos ao fim do agora e no relatório, eles vêm aqui a dizer é que nós conseguimos baixar a dívida de 2 milhões 900 mil para 2 milhões e 600.000, como a Elodie referiu há bocadinho, o saldo da conta bancária de 3 milhões de euros. Teoricamente, a Câmara podia liquidar todo o seu passivo hoje, mas não tinha nada para vender, os últimos lotes que tínhamos para vender, já os vendemos, portanto, neste momento, não temos mais nenhum a não ser que se invente, no tempo do Paulo Batista, inventou-se um lote na zona industrial, que era um parque de estacionamento e transformou-se num parque industrial e vendeu-se. A política tem sido toda assim há muitos anos, a última vez que fizemos investimento, penso que foi no tempo do senhor Presidente Coutinho. Nunca mais vi ninguém a investir em terrenos para lotear, para vendermos lotes industriais, para construir prédios, para fazer alguma coisa de desenvolvimento, nesse aspeto, continuamos com a política de baixar o passivo e o dinheiro que gastamos em festas e despesas comuns, como nós vemos aqui despesas, que algumas despesas que aumentam muito, disparam muito, sem deixarem nenhum proveito para o futuro. Vamos ficar estagnados a nível industrial, não vamos ter mais lotes nenhuns para vender, vai-se fazendo uma coisa, outra que são iniciativas particulares, desalinhas, portanto, não há uma política que de uma organização que haja um loteamento feito pela Autarquia que delimite as linhas viárias, as linhas de água, as linhas de abastecimento das, portanto, todas as infraestruturas necessárias. Para que isso tem que ser a Autarquia, eu penso que tem que fazer isto, em todas as condições. A autarquia está com 18% da sua capacidade de endividamento utilizada, temos todas as condições, chegamos ao fim e isto a continuar assim, um dia não temos passivo, mas realmente não temos nada para vender e os nossos vizinhos avançam e nós ficamos para trás.” -----

O senhor **Presidente da Câmara**, no uso da palavra deixou uma pequena nota de esclarecimentos, ao senhor deputado, “Nós estamos a pagar aquilo que está contratado com a banca, não estamos a antecipar seja o que for, só estamos a pagar aquilo que está contratado, houve empréstimos, tem prestações mensais e é isso que estamos a pagar, não estamos a pagar mais nada. Nós estamos a antecipar a eliminação do passivo, aliás, também sou defensor de criar outros empréstimos para coisas que possam ter algum retorno. Estamos a estudar isso, para na próxima assembleia podermos trazer isso. E lotes, também não é verdade aquilo que disse, na medida em que há outros lotes nos



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 35 de 43

quais estamos a querer construir a custos controlados. Em São Mamede dá para 29, depois na Calvaria também há um lote, logo à entrada do lado direito, depois o antigo Matadouro está subaproveitado, aquilo está cheio lá de material, porque já não tem qualquer utilidade. Estamos a trabalhar nessas questões” -----

Tomou a palavra a senhora deputada **Elodie Zeferino**, aludindo a este ponto 3, “*nessa linha com a aquilo que o Alfredo já disse, também manifesto as mesmas preocupações e os mesmos tipos de esclarecimento. Ele mencionou, mas o que me trazia aqui neste ponto era dar uma nota prévia relativamente a um pormenor do Balanço, só para esclarecimento, isto não é para implicar, só mesmo ficarmos esclarecidos sobre os valores, tem a ver com resultados transitados, ou seja, no ano de 2021 tem um resultado transitado de 7 milhões 651 e no ano de 2022, é suposto somar a esses resultados transitados, o resultado líquido de 2021 e a conta não esta a dar certo, há uma diferença de cerca de 200.000 euros. Queríamos só tentar perceber se há aqui alguma razão extraordinária, se houve aqui algum e, portanto, o que está como menos 8 milhões 145.408 nos resultados transitados em 2022. Pelas nossas contas, deviam ser menos 8 milhões 400 662, a menos que tenha havido aqui alguma justificação extraordinária para esta diferença. Depois e embora as variações que o Alfredo mencionou, voltar a frisar que as contas de 2022 encontram-se positivas, em todos os aspetos e, como referido já em anteriores assembleias, portanto, foi um excelente indicador de termos resultado líquido positivo do período, salientar novamente, a par com os resultados do primeiro trimestre de 2023 que também no fim de 2022, tínhamos em depósitos bancários à ordem, acima de 2021, portanto 1,6 milhões acima, daquilo que se tinha registado em 2021. Em 2021 tinha-se registado cerca de 900.983.000 euros, agora em 2022, mais 1, 6 milhões. Assembleia após Assembleia, também temos vindo a explicar, ou a tentar explicar e ajudar os munícipes de que as contas estão equilibradas, estão controladas, apesar de todo um cenário que às vezes se tenta passar, se pode tentar passar, as contas não estão boas, ou que não há dinheiro, ou que estamos quase em bancarrota, quase sem dinheiro para pagar vencimentos, a verdade é que e aqui externamente àquilo que são os documentos partilhados pelo Município, existe também um trabalho para quem não sabe, do envolvente ao PDM, portanto, o PDM que só pode ser, no fundo, de certa forma, aprovado ou ir à aprovação com sustentação económica e há um relatório que é por isso que quero passar a projetar que refere precisamente isso, que é na fundo a saúde financeira do Município nos últimos 10 anos, portanto, esta é a capa do documento e muito rapidamente da página 10 deste programa de execução e financiamento do PDM Batalha, no gráfico 4, esta evolução dos últimos 10 anos, eu passo a citar aquilo que o próprio relatório diz que é como se pode constatar no gráfico 4 ao longo da última década. A receita e a despesa apresentam valores com alguma flutuação, sempre um excedente em todos os períodos orçamentais, o saldo orçamental médio dos últimos 10 anos, é de 0,2 milhões. Assim sendo, estes indicadores traduzem uma boa gestão financeira e controlo orçamental por parte do Município, portanto, fico feliz, ficamos todos felizes, temos uma casa bem arrumada com um bom histórico. Haja assim capacidade de antecipação e, principalmente de execução, esperamos assim seja possível acabar o que foi começado e deixar algo estruturado para o futuro.” ---*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 36 de 43

Após prévia análise dos documentos que integram a Prestação de Contas do Município relativos ao exercício do ano de 2022, previamente aprovados pelo Executivo Municipal, por deliberação n.º 2023/0165/G.A.V., tomada em reunião de 10 de abril de 2023, bem como dos respetivos esclarecimentos prestados sobre a mesma pelo senhor Presidente da Câmara, foi o ponto posto a discussão.-----

(...)

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas do Município da Batalha relativa ao exercício de 2022, que aqui se dá por integralmente reproduzida, para os devidos e legais efeitos, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com o estatuído na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

**

-----**Ponto 4**-----

Apreciar e deliberar sobre a 2.ª alteração à delimitação da Área da Reabilitação Urbana (ARU) da sede de freguesia do Reguengo do Fetal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, conjugado com o disposto nas alíneas a) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e h) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, pronunciando-se, ainda sobre os respetivos benefícios fiscais, nos termos do preceituado no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.-----

Tomou a palavra o senhor deputado **Arlindo Marques** para deixar sobre este ponto, umas palavras de agrado e uma recomendação. *“É com agrado que vejo a localidade do Reguengo do Fetal praticamente toda inserida na área da reabilitação urbana, ou conhecida ARU, no meu ponto de vista, esta tomada de decisão assume um enquadramento pertinente e pode servir de alavanca para outras zonas da reabilitação. Como sabemos, a ARU, assenta num conjunto de benefícios fiscais, tais como, a redução do IMI, do MT, a passagem do IVA da taxa máxima para os 6%, entre outros elementos em benefício dos proprietários. Como sabemos, a reabilitação urbana, no nosso concelho tem sido um tema por muitos falado, mas debatido por poucos. Muitos de nós já devemos ter caído neste tipo de interrogações, o porquê de a ARU não ser mais extensível e mais abrangente no nosso concelho? o porquê do ARU existir apenas nas zonas históricas, nas nossas aldeias são rodeadas de muitas características que eu considero que as nossas aldeias também são zonas históricas, as nossas aldeias também tem história, as nossas aldeias têm vida e cada aldeia tem uma cultura intrínseca,*



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Página 37 de 43

sabemos também que a ARU continua e continuará a ser um tema de discussão, um tema que não é totalmente conciliador, mas, não tínhamos dúvidas, a ARU, continua e continuará a ser um dos grandes desafios de qualquer gestão municipal. Ao longo do tempo, vamos assistir a um total abandono e uma nítida desertificação das nossas aldeias, levando mesmo ao seu abandono e, consequentemente, o seu desaparecimento. Pessoalmente já fui abordado por diversas pessoas nas nossas aldeias, nomeadamente na Torre e nas Torrinhas. Questionado o que sabia sobre este assunto, são proprietários que pretendem restaurar as suas casas herdadas dos seus familiares. Por outro lado, também tenho encontrado e sou abordado por pessoas oriundas de outros destinos à procura de casas para as restaurar e instalar no nosso concelho. Na realidade, nestes dois lugares em particular, existem algumas casas abandonadas e uma evolutiva degradação total, inclusivamente neste inverno, uma casa que acabou por cair na Torre em plena via pública, felizmente, sem danos pessoais, penso que esta tomada de posição sobre o que é que a dá-la é um exemplo para dar a volta e dar vida às nossa aldeias, digo novamente evitar a sua desertificação, o seu abandono, no entanto, acho que isso deve ser feito com mais incentivos. A deslocação da ARU para outras zonas da população, também poderá ser vista com outra alavanca naquilo que é o processo de descentralização, pois entendo que a ARU precisa de sair da sua zona de conforto, dando primazia e reabilite o nosso concelho, como disse, esperamos que o nosso ARU não fique por aqui e esperamos também que o novo PDM, nos traga outros horizontes, outras localizações e, acima de tudo, que seja uma ferramenta útil em prol de mais e melhor ARU. Investir na reabilitação urbana do nosso concelho é fixar pessoas, fixar pessoas e aumentar o capital humano, com maior capital humano aumentámos a capacidade das empresas, para estas obterem o tão procurado valor acrescentado dentro da sua cadeia de valor. Entendo que aumentando as nossas zonas urbanas, estamos a capacitar um crescimento sustentável em todo o nosso concelho, é deste modo, que eu entendo que capacitamos e preparamos as nossas gerações vindouras.”-----

Sobre este assunto, tomou a palavra o senhor deputado **Alfredo de Matos**, afirmando que este é um assunto daqueles que todos nós devíamos apoiar e devíamos estar de acordo, “portanto, sobre este assunto, todos nós, com certeza, achamos por bem que haja áreas de reabilitação urbana, aqui neste caso, estamos perante uma que já existe do Reguengo do Fetal e agora é uma proposta de alterar a delimitação, portanto, aumentar a delimitação desta ARU, que não podemos esquecer que realmente é uma área de reabilitação urbana e que tem como objetivos principais, tal como diz aqui no ponto 7, conservar e reabilitar o parque urbano edificado, promovendo e reabilitando a demografia por a revitalização demográfica e desenvolvimento económico e social, reabilitar e requalificar espaços públicos, salvaguardar, valorizar e conservar o património natural construído, fomentando o desenvolvimento de discussão dos dados económicos associados ao turismo de natureza, lazer, desporto, saúde e bem estar e por último, estimular a economia local e revitalizar o casco histórico da freguesia. Os deputados do PSD votaram favoravelmente a delimitação desta ARU, é preciso algum cuidado, para votar favoravelmente eu preciso de mais algumas explicações. Eu não entendo aqui no cruzamento da Torre, como é que se faz uma ampliação que única e simplesmente, ela deve



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 38 de 43

esticar aí 500 metros, garantidamente, para ir apanhar o campo de futebol e as piscinas que se estende até ao cruzamento, a estrada que vai para Leiria é esticada depois na estrada da Torre, apanha aqui duas casa, depois avança mais uns 100m para ir apanhar mais uma casa, depois desce e vem por aqui e apanha só terrenos, eu não percebo. -----

Para eu votar favoravelmente, terão que me explicar melhor, isto é, será que isto tem a ver com a próxima revisão do PDM? com o próximo mapa de REN, de classificação de solos e já para apanhar alguns solos destes, só para espaço urbano? Agora, veja na estrada da Torre, isto é esticado até lá cima para apanhar uma casa e depois desce do outro lado da rua, não há casa nenhuma e só terrenos, portanto, isto não é a reabilitação urbana, isto pode ser passar os terrenos por urbanos, aumentar a capacidade de construção assim como aqui no centro do Reguengo, fazem-se algumas alterações que eu sou o seu primeiro a concordar com estas áreas de reabilitação urbana e tal como falou, eu concordava de imediato que se fizesse uma área de reabilitação urbana para o centro da Torre, para realmente aquele património edificado que lá existe fosse reabilitado e que houvesse apoios fiscais para essa reabilitação. Agora, sinceramente, esta ampliação, como propõe aqui, terão que me explicar onde é que isto é uma reabilitação urbana e onde é que isto tem alguma mais valia para a sociedade? Não sei, possivelmente há aqui terrenos que eu não conheço, não sei quem são, as pessoas podem ficar muito ofendidas, mas isto não se enquadra no espírito de reabilitação urbana, de ARU, pode-se enquadrar num espírito qualquer, de ampliação de áreas urbanas. Agora de ampliação de ARU, tenho dificuldade em perceber. -----

O senhor **Presidente da Câmara**, lembrou que “na proposta, uma das razões que levaram a estes ajustes é que há novas áreas reclassificadas como solo urbano e aglomerados rurais e, há que gastar o limite da ARU atual, às edificações existentes nessas áreas, porque essas edificações que necessitam de intervenção estavam fora da delimitação e, portanto, foi preenchido um espaço em que há casas isoladas que merecem e devem ser recuperadas, reabilitadas e alargou-se, isto é evidente que algumas áreas destas que aqui estão é para a seguir a este processo, desta alteração que se está a fazer ao PDM, é avançarmos de imediato com a revisão do PDM. Porque em 2025 há alteração, portanto caduca o que estiver em vigor e nessa altura, é importante ver o que conseguimos nessa revisão ter mais áreas de construção do que estar na própria, quando isso acontecer vamos ter mais dificuldade em tratar aqui algumas áreas que possam ser consideradas para reabilitação e, isso vai-se perder. O ajuste que está aqui a ser feito agora tem em vista também articular-se com aquilo que esperamos venha a acontecer para a revisão do PDM. esperamos iniciar, assim que o processo dessas alterações que estão a ocorrer, esteja consolidado.” -----

O senhor Vice-Presidente **Carlos Agostinho** usou da palavra para contextualizar: “uma ARU tem um prazo de vigência de três anos e vai ter que dar origem a uma ORU, uma operação de regeneração urbana e todos os equipamentos que no futuro se pretendam reabilitar, se não estiverem dentro desse espaço, não podem ser objeto de apoios na área da reabilitação urbana, o que significa que equipamentos desportivos de proximidade, as piscinas municipais que pretendem que sejam requalificadas, as habitações, etc., que tenham que ser contextualizadas para dar origem uma ORU,



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

[Handwritten signature]
Pág. 39 de 43

têm que estar dentro do polígono de delimitação da área de intervenção e foi por isso que nós aprovámos neste sentido, não é uma pretensão de e por outro lado, foi a equipa técnica que aproveitou para nessa redefinição, reajustar o polígono da ARU, àquilo que foi a delimitação do espaço urbano que resultou desta alteração do PDM, ou seja, ela está a coincidir com o traçado que as próprias entidades definiram para a ORU, sendo que esta operação teve este contexto de tempo por uma razão simples, se deixássemos cair no prazo dos três anos a ARU, teríamos que começar tudo de novo e, portanto, isto também de alguma forma, aproveitou-se para contextualizar essa reorganização também a malha urbana desse processo e esses equipamentos, se um dia nós tivermos que ir ao programa de regeneração urbana, no âmbito dos apoios comunitários que vamos ter, vão só as operações de regeneração que cabem na medida 5,1 da nova ITI que têm que estar inscritas dentro da ARU.”-----

Perseverando, o senhor deputado Alfredo Matos que continua “naturalmente a dizer, essas só devem ser as justificações, quanto a mim, não se enquadram no princípio de uma ARU. Não vamos votar contra, mas vou seguir pela via da abstenção, porque, não estou devidamente esclarecido das vantagens disto.”-----

Após esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara relativamente à a 2.ª alteração à delimitação da Área da Reabilitação Urbana (ARU) da sede de freguesia do Reguengo do Fetal, após apresentação do documento em apreço, e atento aos fundamentos enunciados na Deliberação n.º 2023/170/DOT, tomada na reunião do Executivo Municipal de 10 de abril de 2023, foi o ponto posto a discussão, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, conjugado com o disposto nas alíneas a) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e h) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, pronunciando-se, ainda sobre os respetivos benefícios fiscais, nos termos do preceituado no artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

Findo o período de esclarecimentos, foi o mesmo posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 7 (sete) abstenções, aprovar a 2.ª alteração à delimitação da Área da Reabilitação Urbana (ARU) da sede de freguesia do Reguengo do Fetal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, conjugado com o disposto nas alíneas a) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e h) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, pronunciando-se, ainda sobre os respetivos benefícios fiscais, nos termos do preceituado no artigo 45º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

Abstiveram-se os senhores deputados eleitos pelo PPD/PSD. -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 40 de 43

Ponto 5

Apreciar e deliberar sobre a nomeação de júri, no âmbito dos procedimentos concursais de recrutamento para cargos de direção intermédia de 2º grau – Quatro Chefes de Divisão, nos termos do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, na sua atual redação -----
MGD n.º 295, de 04/04/2023 -----

Após as informações prestados pelo senhor presidente da Câmara relativamente à constituição dos júris tendo em vista a abertura de procedimentos concursais de recrutamento para cargos de direção intermédia de 2.º grau, designadamente quatro Chefes de Divisão, previamente aprovada em reunião do executivo municipal de 10 de abril de 2023, conforme Deliberação de Câmara n.º 2023/0167/GAV, sendo que o júri dos respetivos procedimentos deverá ser nomeado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. -----

Neste sentido, e nos termos do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto na sua atual redação, a Câmara Municipal propôs a constituição do júri nos seguintes termos: -----

a) Chefe de Divisão de Ordenamento do Território (DOT) -----

- Presidente: Professora Doutora Luísa Maria da Silva Gonçalves, do Instituto Politécnico de Leiria; ----

- Vogal Efetivo: Dra. Célia Maria Gaspar Reis, Chefe de Divisão de Urbanismo e Território do Município de Ourém;-----

- Vogal efetivo: Dra. Benedita Catarina Nunes Soares Duarte, Chefe de Divisão de Administração Geral do Município da Batalha. -----

b) Chefe de Divisão de Obras Municipais (DOM) -----

- Presidente: Professor Doutor Paulo Alexandre Lopes Fernandes, do Instituto Politécnico de Leiria; ---

- Vogal efetivo: Eng.º Rui Miguel da Costa Teixeira, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos do Município de Ourém;-----

- Vogal efetivo: Dra. Benedita Catarina Nunes Soares Duarte, Chefe de Divisão de Administração Geral do Município da Batalha. -----

c) Chefe de Divisão de Ambiente, Manutenção e Exploração (DAME)-----

- Presidente: Professora Doutora Sandra de Jesus Martins Mourato do Instituto Politécnico de Leiria;-

- Vogal efetivo: Eng.ª Paula Alexandra Neves Couto Marques, Chefe de Divisão de Ambiente e Sustentabilidade do Município de Ourém;-----

Vogal efetivo: Dra. Benedita Catarina Nunes Soares Duarte, Chefe de Divisão de Administração Geraldo Município da Batalha. -----

d) Chefe de Divisão de Educação, Desporto e Tempos Livres (DEDTL)-----

- Presidente: Professor Doutor Rui Manuel Neto e Matos do Instituto Politécnico de Leiria; -----

- Vogal efetivo: Prof. José António Costa Martins, Chefe de Divisão de Educação do Município de Ourém;



MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 41 de 43

- Vogal efetivo: Dr. Rogério Paulo Fernandes Nunes, Chefe de Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa do Município de Porto de Mós. -----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, **tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a nomeação de júri, no âmbito dos procedimentos concursais de recrutamento para cargos de direção intermédia de 2º grau – Quatro Chefes de Divisão, nos termos do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 20 de agosto, na sua atual redação** -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

----- ** -----

----- **Ponto 6** -----

Apreciar e deliberar sobre o projeto de alteração ao Regulamento “I9 – Espaço do Conhecimento da Batalha” (publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 63, de 30/03/2020 - Regulamento n.º 305/2020), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

MGD n.º 2040, de 24/02/2023 -----

Após esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, sobre o projeto de alteração ao Regulamento “I9 – Espaço do Conhecimento da Batalha” (publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 63, de 30/03/2020 - Regulamento n.º 305/2020), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tendo por base os fundamentos enunciados na deliberação n.º 2023/0106/G.A.V. aprovada em reunião de executivo municipal de 27 de fevereiro de 2023, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, nos termos da legislação referida. -----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, **tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o projeto de alteração ao Regulamento “I9 – Espaço do Conhecimento da Batalha” (publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 63, de 30/03/2020 - Regulamento n.º 305/2020), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

----- ** -----





MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 42 de 43

-----**Ponto 7**-----

Apreciar e deliberar sobre a proposta de alteração de Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (Aprovação Final), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----
MGD n.º 796, de 28/11/2022-----

Após esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara, sobre a proposta de alteração de Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (Aprovação Final), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tendo por base os fundamentos enunciados na deliberação n.º 2023/0175/G.A.V. aprovada em reunião de executivo municipal de 17 de abril de 2023, foi o ponto posto a discussão da Assembleia Municipal, nos termos da legislação referida.-----

Findo o período de discussão, foi o ponto posto a votação da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração de Regulamento Interno do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (Aprovação Final), nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata.-----

-----**-----

Antes de terminar esta sessão o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação dos senhores deputados Municipais a aprovação das deliberações em minuta, para que as mesmas possam ter execução imediata, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar as mesmas.-----

De seguida, agradeceu em nome da Mesa a participação de todos, nesta Assembleia, bem como à participação do público presente e em casa.-----

-----**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

Eram vinte e três horas e trinta minutos, e por não haver mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa presentes e por mim, Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes, Técnica Superior, que a redigi e subscrevo.-----

Batalha 26-05-2023-----

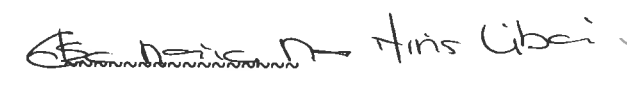


MUNICÍPIO DA BATALHA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA
(C.M.B. - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL)

Página 43 de 43

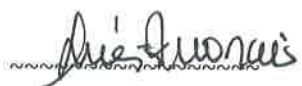
OS MEMBROS DA MESA:


(Joaquim José Pereira Ruivo)
Presidente


(Elsa Maria Martins Libânio)
1º Secretário


(Germano Santos Pragosa)
2º Secretário

**


(Maria Lúcia Mendes de Oliveira Moraes)
Técnica Superior